

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO- UEMA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA CAROLINE DA COSTA SILVA

A NECESSIDADE DA LEGALIZAÇÃO DO SIGNWRITING E SUA IMPORTÂNCIA
PARA A COMUNIDADE SURDA

CAXIAS - MA

2025

MARIA CAROLINE DA COSTA SILVA

**A NECESSIDADE DA LEGALIZAÇÃO DO SIGNWRITING E SUA IMPORTÂNCIA
PARA A COMUNIDADE SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Letras Licenciatura em
Língua Portuguesa e Literaturas de Língua
Portuguesa, da Universidade Estadual do
Maranhão, para o grau de licenciada.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Erlinda Maria
Bittencourt

CAXIAS - MA

2025

S586n Silva, Maria Caroline da Costa

A necessidade da legalização do signwriting e sua importância para a comunidade surda / Maria Caroline da Costa Silva. __Caxias: Campus Caxias, 2025.

70f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Dra. Erlinda Maria Bittencourt.

1. SignWriting. 2. Libras. 3. Educação de surdos. 4. Letramento. 5. Inclusão. I. Título.

CDU 81'221.24

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

MARIA CAROLINE DA COSTA SILVA

**A NECESSIDADE DA LEGALIZAÇÃO DO SIGNWRITING E SUA
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Letras Licenciatura em
Língua Portuguesa e Literaturas de Língua
Portuguesa, da Universidade Estadual do
Maranhão, para o grau de licenciada.

Aprovado em __15__ / __12__ / __2025__

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ERLINDA MARIA BITTENCOURT
Data: 14/01/2026 18:39:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Erlinda Maria Bittencourt – Orientador(a)

UEMA

Documento assinado digitalmente



CRISLANE MORAIS DA SILVA SOUSA
Data: 15/01/2026 14:44:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Me. Crislane Moraes da Silva Sousa – Membro UEMA

UEMA

Documento assinado digitalmente



ANESIO MARREIROS QUEIROZ
Data: 15/01/2026 16:24:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Me. Anesio Marreiros Queiroz – Membro UEMA

UEMA

CAXIAS - MA

2025

Dedico esta monografia a Deus, pela força e direção em todos os momentos. À minha mãe, Irene, e ao meu pai, Domingos, pelo apoio, carinho e confiança que sempre me sustentaram. Às minhas avós que partiram, Justina e Maria, que continuam vivas em minha memória como exemplos de amor, coragem e valor. Aos meus padrinhos, Antônio Luís e Maria do Carmo, pela confiança e apoio em momentos essenciais. Cada um de vocês fez parte desta caminhada, por isso, esta conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me fortalecer, sustentar, guiar e iluminar em cada etapa desta caminhada. Sem Sua presença, nada disso seria possível.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Erlinda Maria Bitencourt, expresso profunda gratidão pela paciência, confiança, orientação competente e por acreditar na relevância deste trabalho para a comunidade surda. Seu apoio e dedicação foram essenciais para a realização desta pesquisa.

À Prof.^a Dra. Marinalva Aguiar, da disciplina Produção Acadêmico-Científica, agradeço pela condução segura, pela confiança transmitida, pelo compromisso e pelo profissionalismo, além das orientações que contribuíram significativamente para meu crescimento acadêmico.

Ao Prof. Dr. Elizeu Arruda, que ministrou a disciplina de Projeto de Pesquisa, agradeço a paciência, generosidade e organização, que foram fundamentais durante o desenvolvimento das etapas deste estudo.

Estendo meus agradecimentos às professoras Dras. Solange Moraes e Maura Rejanne, pela atenção, incentivo e contribuições ao longo da minha formação.

Ao Corpo Docente da UEMA, deixo minha sincera gratidão por todos os ensinamentos, e contribuição na minha trajetória acadêmica.

Agradeço profundamente à minha família. À minha mãe, Irene da Costa Sousa, e ao meu pai, Domingos da Cunha Silva, meus guerreiros, que fizeram o possível e o impossível para que eu realizasse este sonho. Foi realmente debaixo de muito sol que vocês me ajudaram a chegar aqui, na sombra. Nada disso seria possível sem vocês. Obrigada pelos conselhos, pelo apoio, pelas broncas, pelo incentivo e por nunca deixarem que eu desistisse. Obrigada por me criarem tão bem e por serem exemplos de caráter, força, bondade e humildade. Vocês são os melhores pais que eu poderia ter.

Aos meus irmãos Karine, Kauan e Luana, agradeço o apoio incondicional.

À minha vizinha Justina, que sempre vai morar no meu coração... ah, meu amor, como eu queria que você estivesse aqui. Sua neta sem “teimo”, como a senhora dizia, está se formando. Você foi minha segunda mãe: me criou, me educou, me guiou para o caminho do bem. Sei que a senhora ficaria muito orgulhosa de mim. Grande parte do que sou hoje se deve aos seus exemplos. A saudade que sinto não cabe no peito. Essa conquista é sua. Obrigada por tanto, meu eterno amor.

Aos meus padrinhos Antônio Luís e Maria do Carmo, por terem me acolhido tão bem em sua casa durante minha trajetória escolar e acadêmica. Nunca vou esquecer o que fizeram por mim. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu namorado Francisco, pelo companheirismo, paciência, por cada palavra de apoio, incentivo e cuidado. Obrigada também aos seus pais dona Jucileide e seu Francisco, que sempre torceram por mim.

Aos meus primos Carliene, Francisco e Luís Henrique, que são como irmãos para mim. Vocês moram no meu coração, e eu tenho muita sorte em ter vocês na minha vida.

Ao meu sobrinho Pedro Henrique, o amor da minha vida, meu tudo, e que me enche de alegria.

À minha tia Mariene, agradeço o carinho, orações, conselhos.

Aos meus vovôs Alexandre Rodrigues e Eurípedes Pereira, agradeço pelas histórias, e por tudo que me ensinaram.

À minha Vó materna Maria, que cuidou com tanto carinho e amor de mim.

Agradeço à minha ex-professora do 1º ao 5º ano, Maria das Graças, foi quem me ensinou a ler e escrever. Hoje, além de professora, é parte da nossa família. Sou grata por tudo que aprendi com você.

Às minhas amigas de turma, Bruna, Railma, Railane, Glenda, meu grupinho, dividimos o mesmo barco, as mesmas angústias, aflições, medos, e os aperreios para dar conta de tanta coisa da faculdade. Com vocês, essa jornada foi mais leve. Obrigada pela parceria, e amizade. A saudade de tudo o que vivemos vai ser gigante.

Deixo também um agradecimento especial aos que não citei aqui, mas que caminharam comigo, nas vitórias e nos tropeços, oferecendo apoio, palavra, presença ou gesto. Reconheço cada contribuição e cada mão estendida ao longo da minha trajetória. A todos que fizeram parte desse percurso, meu muito obrigada. Carrego cada um no meu coração, com uma gratidão que não passa.

RESUMO

Nas últimas décadas, o avanço das discussões sobre educação bilíngue e direitos linguísticos da pessoa surda tem evidenciado a centralidade da Libras como língua de instrução, identidade e produção de conhecimento. No entanto, apesar do reconhecimento legal da Libras no Brasil, permanece a ausência de uma modalidade escrita oficialmente regulamentada, o que limita o pleno exercício do letramento, a autonomia linguística e a participação social da comunidade surda. **Problema:** a necessidade de compreender por que o SignWriting, enquanto sistema capaz de registrar graficamente as línguas de sinais, ainda não foi legalmente reconhecido no país e quais impactos essa ausência provoca no campo educacional e sociocultural. **Justificativa:** urgência de ampliar o debate sobre cidadania linguística, equidade educacional e garantia de direitos historicamente negligenciados. **Objetivo geral:** enfatizar a necessidade da legalização do SignWriting ressaltando os desafios, avanços e sua importância para o fortalecimento da cidadania linguística da comunidade surda. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações, consultados em bases como SciELO, CAPES Periódicos, Google Acadêmico e repositórios institucionais. **Resultados:** indicam que, embora o SignWriting já apresente uso significativo em práticas pedagógicas, produções culturais e materiais didáticos, sua não regulamentação impede sua incorporação sistemática aos currículos, às políticas públicas e aos processos formais de ensino. **Conclusão:** a legalização do SignWriting é fundamental para assegurar o direito ao letramento na língua materna, fortalecer a identidade linguística e cultural da comunidade surda e promover maior equidade no acesso à educação e à produção textual, contribuindo para a construção de práticas educacionais inclusivas e socialmente justas.

Palavras-chave: SignWriting. Libras. Educação de surdos. Letramento. Inclusão.

ABSTRACT

In recent decades, advances in discussions on bilingual education and the linguistic rights of deaf people have highlighted the central role of Brazilian Sign Language (Libras) as a language of instruction, identity, and knowledge production. However, despite the legal recognition of Libras in Brazil, the absence of an officially regulated written modality remains, which limits the full exercise of literacy, linguistic autonomy, and social participation of the deaf community. **Problem:** addressed in this study lies in understanding why SignWriting, as a system capable of graphically recording sign languages, has not yet been legally recognized in the country and what impacts this absence has on the educational and sociocultural fields. **Justification:** the research is justified by the urgency to expand debates on linguistic citizenship, educational equity, and the guarantee of historically neglected rights. In this context, the study aims to emphasize the need for the legalization of SignWriting, highlighting its challenges, advances, and importance for strengthening the linguistic citizenship of the deaf community. **Methodology:** this is a bibliographic study based on the analysis of books, scientific articles, official documents, and legislation consulted in databases such as SciELO, CAPES Periodicals, Google Scholar, and institutional repositories. **Results:** indicate that, although SignWriting already has significant use in pedagogical practices, cultural productions, and didactic materials, the lack of official regulation prevents its systematic incorporation into curricula, public policies, and formal teaching processes. **Conclusion:** that the legalization of SignWriting is essential to ensure the right to literacy in the mother tongue, strengthen the linguistic and cultural identity of the deaf community, and promote greater equity in access to education and textual production, contributing to the construction of inclusive and socially just educational practices.

Keywords: SignWriting. Brazilian Sign Language. Deaf education. Literacy. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alfabeto em SignWriting	56
Figura 2 – Configurações básicas de mão.....	56
Figura 3 – Orientações da palma da mão	57
Figura 4 – Números em SignWriting	57
Figura 5 – Símbolos de expressões faciais	60
Figura 6 – Grupos de configuração de mão	63
Figura 7 – Símbolos de movimentos dos dedos	63
Figura 8 – Símbolos do corpo	64
Figura 9 – Movimentos da cabeça	64
Figura 10 – Escrita com o corpo inteiro	65
Figura 11 – Escrita padrão	65
Figura 12 – Escrita simplificada ou manual	65
Figura 13 – Universidades federais que utilizam o sistema SignWriting	66
Figura 14 – Escolas públicas brasileiras que utilizam o sistema SignWriting	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DAC - Deaf Action Committee for SignWriting

DanceWriting - Sistema de escrita dos movimentos da dança criado por Valerie Sutton

ELS - Escrita de Língua de Sinais

Febrapils - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

Libras - Língua Brasileira de Sinais

MG - Minas Gerais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEL - Sistema de Escrita de Línguas de Sinais

SW – SignWriting

SW-EDIT - Software de edição da Escrita de Sinais desenvolvido no Brasil

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A IDENTIDADE SURDA E O PAPEL DO SIGNWRITING NA FORMAÇÃO CULTURAL DA PESSOA SURDA	16
2.1 Identidade surda: conceitos e perspectivas.....	16
2.2 O SignWriting como registro da Libras e fortalecimento cultural	19
2.3 O SignWriting na educação e no empoderamento da comunidade surda ..	21
3 O SIGNWRITING COMO SISTEMA DE ESCRITA DA LIBRAS: ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO EDUCACIONAL	24
3.1 Origem e desenvolvimento do SignWriting.....	25
3.2 Características e formas de escrita do SignWriting	31
3.3 Aplicações educacionais e desafios no Brasil	35
4 A RELEVÂNCIA DA ESCRITA DE SINAIS DA LIBRAS PARA A IDENTIDADE SURDA: legalização, avanços e desafios	36
4.1 A Necessidade do reconhecimento legal	37
4.2 Desafios para a legalização e implementação	41
4.3 Avanços e perspectivas futuras	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXO A.....	58
ANEXO B.....	69

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate em torno da inclusão escolar e dos direitos linguísticos da pessoa surda tem ganhado visibilidade significativa nas áreas da Linguística, da Educação e das políticas públicas. A consolidação da educação bilíngue, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua da pessoa surda e o português como segunda, tem se mostrado fundamental para assegurar o acesso equitativo ao conhecimento e promover práticas educacionais que respeitem a singularidade linguística e cultural desse grupo.

Ainda assim, a existência de avanços legais e pedagógicos não tem sido suficiente para contemplar todas as dimensões necessárias à garantia plena desses direitos, especialmente no que diz respeito à ausência de uma modalidade escrita oficialmente reconhecida para a Libras. Embora a Libras seja reconhecida como língua desde a publicação da Lei nº 10.436/2002, sua forma escrita ainda não foi regulamentada. O SignWriting, sistema criado por Valerie Sutton em 1974, capaz de registrar graficamente os movimentos, expressões faciais e configurações manuais das línguas de sinais, surgiu como alternativa para possibilitar às pessoas surdas o registro visual-espacial de sua língua (Barros, 2016).

Apesar de amplamente estudado e já utilizado em experiências educacionais, sua adoção institucional e legal do SignWriting no Brasil ainda é limitada, o que contribui para manter a escrita da Libras à margem dos currículos, das políticas públicas e de práticas de letramento escolar. Esse cenário revela uma lacuna preocupante, a ausência de uma escrita legitimada compromete o direito da pessoa surda ao letramento completo, restringindo sua autonomia linguística, sua produção textual e o acesso a práticas sociais de leitura e escrita. Assim, um dos pilares essenciais da cidadania linguística permanece fragilizado.

Diante desse panorama, emerge o problema central desta pesquisa: quais são os fundamentos, desafios e implicações da legalização do sistema SignWriting no contexto educacional e linguístico brasileiro, considerando a educação bilíngue de surdos e os direitos linguísticos da comunidade surda? Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral, enfatizar a necessidade da legalização do SignWriting ressaltando os desafios, avanços e sua importância

para o fortalecimento da cidadania linguística da comunidade surda. Como objetivos específicos, busca-se: a) apresentar a origem, as características e o desenvolvimento do SignWriting; b) investigar iniciativas e propostas voltadas à sua implementação e reconhecimento legal no Brasil; c) destacar as contribuições do SignWriting para o letramento, a autonomia e a identidade da pessoa surda.

Assim, a realização deste estudo se justifica pela relevância social, educacional e linguística da escrita de sinais. Embora a Libras esteja amparada legalmente, sua ausência de regulamentação escrita limita possibilidades de registro, produção textual e acesso ao conhecimento na língua materna da comunidade surda. A discussão aponta para a importância da legalização, e que é essa legalização que gera equidade e fortalece direitos. Academicamente, este trabalho contribui para um campo ainda em consolidação, articulando reflexões teóricas que ultrapassam o uso pedagógico do SignWriting e avançam para sua necessária institucionalização.

A pesquisa adota como metodologia o estudo de natureza bibliográfica, fundamentado na análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. O levantamento foi realizado em bases digitais como SciELO, CAPES Periódicos, Google Acadêmico e repositórios institucionais, incluindo também o exame de legislações referentes aos direitos linguísticos da comunidade surda. A abordagem dos dados possui caráter interpretativo, permitindo identificar avanços, desafios e perspectivas legais e educacionais relacionados à escrita da Libras.

Quanto à sua estrutura, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo discute a identidade surda, ressaltando a Libras como elemento central da formação cultural e apresentando o papel do SignWriting na valorização dessa identidade. O segundo capítulo aprofunda o estudo sobre o SignWriting, abordando sua origem, funcionamento e potencialidades pedagógicas no contexto brasileiro. O terceiro capítulo analisa a importância da escrita da Libras para a inclusão e o letramento, discutindo a necessidade de sua regulamentação legal, os desafios enfrentados e os avanços observados.

Assim, este estudo, insere-se em um campo de investigação essencial para a construção de práticas educativas mais inclusivas e socialmente justas. A legalização do SignWriting representa não apenas um avanço técnico, mas

também um compromisso ético com a equidade, o reconhecimento da diversidade linguística e o fortalecimento da cidadania da comunidade surda. Dar visibilidade à escrita da Libras é assegurar o direito de registrar experiências, produzir conhecimento e consolidar a própria história por meio da língua que constitui o cerne de sua identidade.

2 A IDENTIDADE SURDA E O PAPEL DO SIGNWRITING NA FORMAÇÃO CULTURAL DA PESSOA SURDA

A compreensão da identidade surda e da cultura que a constitui é fundamental para analisar o papel do SignWriting como instrumento de registro linguístico, preservação cultural e fortalecimento do protagonismo da comunidade surda. Este capítulo apresenta as bases conceituais que sustentam a discussão proposta nesta pesquisa, situando a surdez como diferença linguística e cultural e, posteriormente, inserindo o SignWriting como tecnologia linguística que contribui para o reconhecimento e valorização da Libras enquanto língua plena, inclusive em sua dimensão escrita.

Nesse sentido, inicia-se com uma discussão sobre a identidade surda, suas múltiplas formas de expressão e os elementos que a constituem. Em seguida, apresenta-se o SignWriting como recurso de registro visual da Libras e como elemento fundamental para a consolidação da cultura surda. Por fim, discute-se como esse sistema de escrita contribui para o empoderamento social e educacional da comunidade surda, relacionando-o às lutas por legitimidade linguística, inclusão e cidadania.

2.1 Identidade surda: conceitos e perspectivas

A identidade surda não se define pela ausência da audição, mas pela vivência cultural, social e linguística construída no interior da comunidade surda. Ser surdo, portanto, ultrapassa qualquer definição biomédica e se constitui como um modo de existência marcado pela experiência visual, pela língua de sinais e pela participação em um grupo social que compartilha práticas, valores e significados próprios. Trata-se de uma identidade afirmada na diferença, e não na falta.

Historicamente, a surdez foi reduzida a uma condição clínica, associada à incapacidade ou à deficiência a ser superada. Esse modelo sustentou por muitos anos a tentativa de “normalizar” a pessoa surda, impondo a oralização como caminho único de desenvolvimento e apagando a relevância da língua de sinais (Gonçalves; Campelo, 2019). Com a evolução das discussões culturais e linguísticas, esse enquadramento passou a ser questionado e substituído por

uma perspectiva que reconhece a surdez como diferença cultural e como experiência linguística legítima.

Nesse processo, as contribuições de Skliar (1999) são decisivas, pois o autor propõe uma ruptura com o olhar clínico e desloca o foco para a experiência visual e cultural da pessoa surda. Para ele, ao invés de entender o surdo como uma exclusão e um isolamento no silêncio, entender como uma experiência e uma representação visual; ao invés de representá-la através de formatos médicos e terapêuticos, quebrar esta tradição por meio de concepções sociais, linguísticas e antropológicas; em vez de submeter os surdos a uma etiqueta de deficientes, compreendê-los como formando parte de uma minoria linguística.

Essa afirmação marca um ponto de inflexão, a identidade surda passa a ser compreendida como pertencimento a uma minoria linguística, cuja língua, a Libras, estrutura a maneira de perceber e interagir com o mundo. Assim, a surdez deixa de ser vista como ausência e passa a ser reconhecida como presença de experiências visuais, culturais e comunitárias que enriquecem a diversidade humana.

Nesse sentido, Perlin e Miranda (2003) reforçam que compreender a identidade surda implica:

[...] olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença (Perlin; Miranda, 2003, p.217).

A convivência entre pares e o acesso à Libras são, portanto, elementos centrais na constituição identitária do sujeito surdo. Como enfatiza Gesser (2009, p. 64), “a surdez, olhada pelo viés cultural, definitivamente não é uma deficiência”, mas sim uma expressão legítima da diversidade linguística e humana.

Skliar (1998) reforça a importância desses elementos ao indicar que a identidade surda se forma no encontro com a língua de sinais e com a comunidade que a utiliza. De forma complementar, Strobel (2008) destaca que essa identidade é dinâmica, construída continuamente a partir das experiências socioculturais vividas pelos sujeitos surdos.

A diversidade de trajetórias dentro da comunidade surda é sistematizada por Perlin (1998), que apresenta diferentes tipos de identidades surdas, evidenciando que não há uma única forma de ser surdo. A autora descreve identidades como a política, a híbrida, a flutuante, a embaçada, a de transição, a diáspora e a intermediária, cada qual marcada por distintos níveis de contato com a Libras e com a comunidade surda. Essa classificação demonstra que a construção identitária envolve múltiplas possibilidades e reflete, sobretudo, condições sociais e linguísticas de acesso ao mundo surdo.

O caráter relacional da identidade surda é exposto também por Laboritt (1994), ao descrever a importância do contato precoce entre crianças surdas e adultos surdos:

A criança surda tem necessidade de identificação com os adultos (surdos), uma necessidade crucial. [...] O desenvolvimento psicológico da criança surda se fará mais rapidamente e bem melhor. Ela construirá longe daquela solidão angustiante de ser a única no mundo, sem ideias construtivas e sem futuro (Laboritt, 1994, p. 49).

Esse depoimento revela como o encontro entre sujeitos surdos rompe o isolamento e possibilita a construção de um sentimento de pertencimento, contribuindo para a formação de uma identidade autônoma e positiva.

Além da dimensão comunitária, a identidade surda é também um movimento político. Buzar, Silva e Abreu (2023) argumentam que o corpo e a língua de sinais são elementos centrais de diferenciação cultural, e que a surdez deve ser interpretada não como ausência, mas como presença de experiências visuais compartilhadas.

Perspectiva essa, reforçada por avanços legais importantes, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que consolidam o reconhecimento da Libras como língua oficial e meio legítimo de comunicação, garantindo direitos linguísticos que impactam diretamente a constituição da identidade surda. Quadros (2019) e Lodi (2013), ainda reforçam que, políticas educacionais bilíngues são fundamentais para assegurar o pleno desenvolvimento cultural e linguístico da pessoa surda.

Desse modo, compreender a identidade surda exige ultrapassar esses modelos clínicos, e, reconhecer o surdo como sujeito de direitos, pertencente a uma minoria linguística que se afirma na diferença. Trata-se de uma identidade

viva, em constante construção, marcada pelo uso da Libras, pela interação comunitária e pela valorização cultural. Ao abraçar essa visão, abre-se espaço para discutir o papel do SignWriting, uma ferramenta capaz de ampliar o acesso ao registro escrito da língua e fortalecer ainda mais a cultura surda.

2.2 O SignWriting como registro da Libras e fortalecimento cultural

A Libras constitui-se como um meio de comunicação, e um componente estruturante da subjetividade e da identidade cultural da pessoa surda. Conforme destaca Strobel (2008), o pertencimento à comunidade surda está intimamente ligado ao uso da língua de sinais como forma de expressão, pensamento e organização social. Para a autora, a identidade surda se fortalece à medida que a Libras é reconhecida, respeitada e utilizada em diferentes contextos, sobretudo no ambiente escolar, onde se tem um papel essencial para a legitimação social da língua.

Porém, mesmo com tal relevância, a Libras enfrenta um histórico de estigmatização no cenário educacional brasileiro, frequentemente tratada como inferior à língua oral dominante. Foi com a Lei nº 10.436/2002, que se marcou um avanço, pois a reconhece como meio legal de comunicação e expressão, porém, mesmo assim, isso não eliminou os preconceitos existentes. Gesser (2009, p. 21) chama atenção para “o equívoco recorrente de se associar a língua de sinais à mímica, reforçando a ideia de anormalidade atribuída aos surdos”. Contra esse estigma, a autora afirma que a Libras possui todas as características de uma língua natural, sendo complexa e legítima em seus aspectos gramaticais e culturais.

Entretanto, apesar desse reconhecimento legal, ainda se tem o desafio da escrita em português para pessoas surdas, já que essa língua não corresponde à sua experiência linguística. Capovilla (2000, p. 32) observa que se “espera que a criança surda escreva em uma língua auditiva, que não corresponde à modalidade visual de sua língua natural”. Barreto e Barreto (2015, p. 61) complementam que, “durante o processo de leitura e escrita em português, muitos surdos recorrem à sinalização interna como suporte”, evidenciando a incompatibilidade entre a Libras e a escrita alfabética.

Nesse cenário, o SignWriting adquire relevância singular. Método Desenvolvido por Valerie Sutton na década de 1970, o sistema permite representar graficamente línguas de sinais, respeitando suas especificidades visuais e espaciais (Barros, 2016). Assim, ao fornecer uma forma escrita para a Libras, o SignWriting contribui diretamente para o fortalecimento da identidade surda, permitindo que a língua seja documentada, ensinada e valorizada como qualquer outra língua plenamente constituída.

Lacerda (2013) expressa essa importância ao afirmar que:

A escrita de sinais assume um papel extremamente significativo para o povo Surdo, não como substitutivo do Português escrito, mas como expressão de sua cultura e ferramenta auxiliadora na alfabetização de surdos. [...] A aquisição da escrita torna possível a tradução para a língua de sinais de um volume quase que infinito de informações. Ao mesmo tempo a escrita é importante para a comunicação em qualquer nível e para qualquer fim, podendo ser utilizada para escrever um bilhete, uma anotação, um 'alô', um convite. Seja um único pensamento ou um livro volumoso, tudo pode ser registrado através da escrita de sinais (Lacerda, 2013, p. 35, 38-39).

Sob essa perspectiva, a escrita de sinais é compreendida como uma ampliação das possibilidades comunicativas e pedagógicas da comunidade surda. Não substitui o português, mas o complementa, oferecendo ao sujeito a possibilidade de registrar pensamentos e conhecimentos diretamente em sua língua. Barbosa, Gusmão e Eugênio (2021) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que:

Os surdos têm a possibilidade de registrarem os seus discursos sem precisarem recorrer à língua portuguesa que limita os seus vocabulários [...] quando a leitura e a escrita combinam com a modalidade da língua de um grupo, o processo de aprendizagem torna-se mais fácil (Barbosa; Gusmão; Eugênio, 2021, p. 33).

Essa reflexão reafirma que o SignWriting transcende uma função técnica de registro, possibilitando que o conhecimento circule na própria língua da comunidade surda, fortalecendo suas identidades, e ampliando o acesso ao saber, garantindo autonomia comunicativa.

Conforme Stumpf e Wanderley (2023) relatam, o SignWriting registra de forma minuciosa os componentes visuais da Libras, preservando a riqueza da língua e garantindo o reconhecimento de sua legitimidade cultural. Para os autores, essa escrita é fundamental para a valorização da língua de sinais e para o fortalecimento identitário da comunidade surda.

Além disso, o SignWriting amplia a produção cultural da comunidade, permitindo a criação e circulação de poesia, narrativas, contos, crônicas e discursos visuais. Fernandes, Oliveira e Brasil (2024, p. 2) apontam que “ao ser utilizado para registrar a literatura surda, o SW democratiza o acesso ao conhecimento e promove a valorização da língua de sinais nas escolas e na sociedade em geral”. Esse movimento contribui para consolidar uma tradição literária surda que, conforme Quadros (2004) e Karnopp (2008), é essencial para fortalecer o sentimento de pertencimento cultural e garantir a preservação das narrativas e saberes transmitidos visualmente ao longo das gerações.

Dessa forma, o SignWriting revela-se como um instrumento de valorização linguística e cultural, essencial para assegurar à comunidade surda o direito de registrar sua língua em sua materialidade visual e de participar plenamente das práticas sociais de leitura e escrita.

2.3 O SignWriting na educação e no empoderamento da comunidade surda

O SignWriting, enquanto sistema de escrita visual próprio das línguas de sinais, tem se tornado cada vez mais, um recurso pedagógico e cultural fundamental para a comunidade surda. Pois, além de permitir a escrita da Libras, ele atenua a dependência da Língua Portuguesa, língua de modalidade distinta, e garante ao sujeito surdo acesso à alfabetização bilíngue em sua própria língua. Rabelo (2020) observa que o SignWriting amplia essas possibilidades educacionais, promove aprendizagem autônoma e participação ativa nos processos de leitura e escrita.

Ribeiro (2016) reforça essa concepção ao afirmar:

[...] é muito importante que a escrita de sinais seja divulgada dentro da própria comunidade surda, pois ela eleva a língua a um novo status, permite o registro do pensamento surdo e a

preservação de sua identidade para gerações futuras (Ribeiro, 2016, p. 76).

Essa perspectiva evidencia que a escrita de sinais assume um papel que ultrapassa os limites da alfabetização funcional, ao possibilitar a construção, a preservação e a transmissão da memória coletiva da comunidade surda. Conforme Halbwachs (2006), a memória coletiva é socialmente construída, sustentada pelas interações e pelos referenciais compartilhados por um grupo, sendo fundamental para a continuidade histórica e para o reconhecimento identitário.

Ao aplicar esse conceito ao contexto da comunidade surda, compreende-se que o SignWriting atua como um instrumento de registro das experiências, narrativas e saberes produzidos em Libras, respeitando seus próprios parâmetros linguísticos e culturais. Desse modo, a escrita de sinais contribui para que a história surda seja documentada a partir de sua própria língua, fortalecendo o protagonismo comunitário e reduzindo a dependência da mediação ou da tradução pelo português, o que representa um avanço significativo em termos de autonomia linguística e afirmação cultural.

Diante desse exposto, Stumpf (2005) acrescenta que, visualizar a própria língua em formato gráfico favorece o desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem bilíngue, ao mesmo tempo em que assegura a preservação cultural. Para a autora, o SignWriting amplia esse acesso à informação e ao registro acadêmico da Libras, o que contribui para uma maior inclusão escolar e social.

No contexto escolar, Barreto e Barreto (2015) destacam que:

[...] Os alunos surdos em idade escolar têm dificuldade na retenção de muitos conhecimentos, pois, arbitrariamente, sempre têm de fazer o registro de seu aprendizado na Língua Portuguesa, sua segunda Língua. [...] se recebem o conhecimento em Libras [...], seria mais do que sensato propiciar-lhe o registro de suas anotações, ideias, comentários e rascunhos escrevendo diretamente na Libras (Barreto; Barreto, 2015, p. 56-57).

Esse argumento expõe que exigir registros exclusivamente em português, língua que o aluno surdo não domina plenamente, limita seu desempenho

escolar, e desconsidera sua língua natural. Desse modo, o SignWriting, aparece novamente como essa ferramenta, que respeita o modo próprio de aprendizagem da comunidade surda e promove práticas pedagógicas mais coerentes com sua realidade linguística.

É diante deste cenário, que, o sistema de escrita se torna também um instrumento de empoderamento, pois ele pode permitir que o sujeito surdo produza textos, organize pensamentos e registre conhecimentos a partir de sua língua, sem precisar traduzir suas ideias para uma língua de modalidade distinta. Conforme Fernandes (2003) reforça, ao afirmar que:

Se há o que reconstruir, não é o surdo, mas sim, o projeto educacional destinado a ele. [...] Não há apenas surdos a ensinar, mas ouvintes e surdos a aprender como educar surdos (Fernandes, 2003, p. 55).

Para isso, a escrita de sinais, exige que as escolas repensem seus métodos, reconheçam as especificidades linguísticas dos surdos e reconfigurem seus currículos para práticas verdadeiramente bilíngues. Souza (2002, p. 142) reforça essa transformação ao observar que “a alfabetização em SignWriting poderia criar uma ruptura interessante, uma vez que obrigaria a escola [...] a não pensar no/em português [...]”. Essa ruptura deslocaria a Libras para o centro do processo educacional, oferecendo ao aluno surdo melhores condições de aprendizagem.

Segundo Costa (2018), a escrita de sinais ainda demanda investigações profundas, especialmente no ensino de crianças, jovens e adultos surdos, mas reconhece que sistemas como o SignWriting já se destacam como ferramentas essenciais para o registro linguístico e para o fortalecimento cultural.

Sua aplicação tem se expandido para contextos de acessibilidade ampliada. De acordo com Stumpf e Linhares (2021), ela pode originar materiais para surdocegos, o que demonstra sua versatilidade e relevância social, especialmente quando comparada ao Braille, pois ambos os sistemas são destinados a promover acesso e autonomia, cada um atendendo a especificidades próprias.

No âmbito institucional, a Febrapils (2018) defende explicitamente a adoção do SignWriting como sistema oficial de escrita da Libras, afirmando que:

Essa escrita pode proporcionar acessibilidade [...] ampliando a capacidade de interação com o texto. [...] O letramento que inclui a escrita de sinais favorece também o letramento na Língua Portuguesa (Febrapils, 2018, p. 14).

Esse posicionamento evidencia que a oficialização do SignWriting é vista como caminho necessário para garantir direitos linguísticos, acessibilidade e equiparação de oportunidades educacionais. Calvet (2007) observa que, uma vez oficializado um sistema de escrita, inicia-se a etapa de sua ampla difusão por meio da produção de materiais didáticos e políticas de alfabetização. Isso indica que a política linguística é um passo estratégico para seu fortalecimento social.

Nesse processo, a autonomia comunicativa do aluno surdo se fortalece. Silva (2013, p. 106) relata que “estudantes sentem prazer ao utilizar a escrita de sinais e assumem posição ativa em suas produções, compreendendo a ELS como espaço legítimo para expressão”. Essa experiência promove equidade educativa, permitindo que o aluno surdo desenvolva competências linguísticas em Libras e em português, como segunda língua, de forma mais equilibrada.

Assim, integrar o SignWriting ao currículo das escolas bilíngues representa além de uma alternativa metodológica, uma ação afirmativa que reconhece direitos linguísticos, valoriza identidades e promove inclusão. Se consolidando como instrumento de empoderamento, preservação cultural e democratização do conhecimento, permitindo que a comunidade surda registre, produza e vivencie sua língua em sua plenitude.

3 O SIGNWRITING COMO SISTEMA DE ESCRITA DA LIBRAS: ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO EDUCACIONAL

O SignWriting representa muito mais do que um simples sistema de notação gráfica: constitui-se como um marco de reconhecimento e valorização da Libras e da cultura surda. Por meio de uma escrita visual que registra movimentos, expressões faciais, direcionalidades e configurações de mão, o sistema possibilita que a língua de sinais seja fixada em sua própria modalidade, rompendo com a dependência histórica da língua oral e permitindo que a pessoa surda escreva e leia em sua língua natural. Essa característica confere ao

SignWriting um papel central na afirmação identitária e cultural da comunidade surda, além de ampliar suas possibilidades de participação em espaços educacionais e sociais.

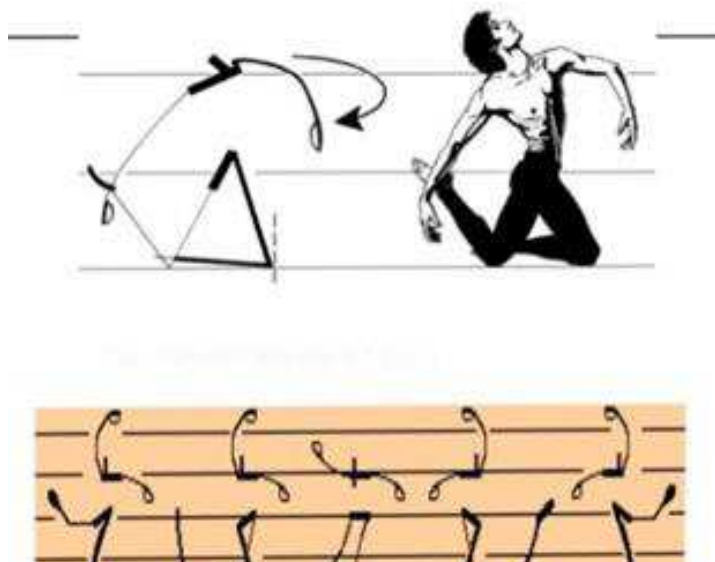
O presente capítulo busca compreender esse processo em três dimensões: sua origem e desenvolvimento, suas características e estrutura simbólica e, por fim, suas aplicações educacionais no Brasil, destacando avanços, desafios e contribuições para o letramento de pessoas surdas. Ao articular essas perspectivas, a discussão evidencia que o SignWriting não é apenas um instrumento linguístico, mas também uma ferramenta de empoderamento cultural e epistemológico da comunidade surda.

3.1 Origem e desenvolvimento do SignWriting

O SignWriting foi criado em 1974 pela pesquisadora e coreógrafa norte-americana Valerie Sutton, cuja intenção inicial não era registrar línguas de sinais, mas movimentos corporais da dança. Ela desenvolveu inicialmente, na década de 1970, um sistema de notação para registrar movimentos corporais de dançarinos, denominado DanceWriting. Esse sistema permitia descrever graficamente posições corporais, trajetórias e gestualidades (Gregório, 2024). Anos depois, a autora adaptou esse modelo para registrar a língua de sinais, dando origem ao SignWriting.

Seu trabalho com o DanceWriting, despertou o interesse de pesquisadores da Universidade de Copenhague, na Dinamarca, que buscavam uma forma de registrar a Língua de Sinais Dinamarquesa (Nascimento; Costa 2022).

Figura 1 – Exemplo do sistema DanceWriting de Valerie Sutton.



Fonte: Babosa (2013).

Assim, convidaram Sutton a adaptar seu método para essa finalidade, dando origem a um dos mais difundidos sistemas de escrita de sinais no mundo (Sutton, 1999; Kugot, 2015). Essa colaboração marcou o início de um processo de refinamento do sistema, que passou a incorporar símbolos específicos para mãos, expressões faciais e orientações espaciais próprias das línguas de sinais. A partir desse desenvolvimento, o SignWriting ganhou reconhecimento internacional, sendo posteriormente adotado em pesquisas linguísticas, materiais pedagógicos e contextos educacionais bilíngues.

Esse movimento de adaptação, como observam Wanderley e Stumpf (2016, p. 147), permitiu que:

A escrita de sinais do SignWriting (SW) é um sistema alfabético de glifos que representa as línguas de sinais naturais, originado a partir de um sistema de notação de dança desenvolvido por Valerie Sutton (Wanderley; Stumpf, 2016, p. 147).

Assim, constata-se que o sistema não surgiu de forma espontânea, mas a partir de uma demanda linguística específica que encontrou no método de Sutton uma base estrutural para evoluir. E que o SW nasce como resultado da interação entre áreas distintas, dança, linguística e pedagogia, evidenciando seu caráter interdisciplinar e sua capacidade de adaptação às necessidades das comunidades surdas.

A trajetória inicial do SignWriting é detalhada também por Marquezi (2018), que explica em seu estudo como a publicação de um artigo sobre o DanceWriting chamou atenção dos pesquisadores dinamarqueses:

Criou um método para registrar o 'passo a passo' de execução dos movimentos da dança, chamado DanceWriting. Em seguida publicou no jornal um artigo sobre a escrita da dança. Essa

publicação despertou a curiosidade dos pesquisadores da Língua Dinamarquesa de Sinais [...] que prontamente solicitaram a autorização de Valerie para desenvolverem uma adaptação do sistema [...] após a autorização de Sutton [...] foi desenvolvido o SignWriting (Marquezi, 2018, p. 74-75).

Ao analisar essa narrativa, observa-se como o SignWriting nasce de um diálogo entre criadora e pesquisadores, revelando um processo colaborativo que deu origem a um sistema capaz de representar línguas visuais de maneira fiel e acessível. O que inicialmente era um recurso para registrar arte corporal transformou-se, assim, em uma tecnologia linguística inovadora, com potencial global.

Desse modo, a evolução do sistema acompanha, além do avanço técnico, uma ampliação conceitual sobre o próprio ato de registrar as línguas de sinais. Essa ampliação consolidou uma identidade própria para o SignWriting enquanto escrita visual. É nesse ponto que sua nomenclatura adquire destaque, pois expressa, de forma direta, a essência e o propósito de sua criação. Assim, o termo SignWriting deriva de sign (sinal) e writing (escrita), traduzindo com precisão seu propósito, que é registrar graficamente os sinais realizados pelas línguas de sinais (Gregório, 2024).

Essa definição dialoga com o percurso histórico apresentado, demonstrando que o sistema não surgiu somente de uma adaptação, mas que se consolidou como uma escrita completa e funcional. Ribeiro (2016) reforça essa amplitude ao afirmar que:

SW é um sistema visual de escrita que torna possível ler, escrever e digitar qualquer Língua de Sinais no mundo e utiliza símbolos visuais que representam configuração de mão, movimento e expressões faciais de qualquer Língua de Sinais (Ribeiro, 2016, p. 24-25).

A afirmação do autor permite compreender que o sistema não se limita a uma comunidade surda específica, mas constitui uma tecnologia universal, capaz de registrar diferentes línguas de sinais com suas próprias variações fonológicas e culturais. Isso reforça o caráter inclusivo e adaptável do SignWriting.

Além disso, Stumpf (2016) complementa a perspectiva ao enfatizar o vínculo entre escrita e corpo:

SignWriting é uma maneira de escrever o movimento do corpo. Ele escreve a aparência do corpo do usuário da Libras quando ele sinaliza. [...] Se o verbo é direcional, é preciso escrever os movimentos como aparecem na vida real (Stumpf, 2016, p. 90).

Essa leitura revela o caráter profundamente visual e dinâmico dessa escrita, construída para captar a experiência concreta da sinalização. Diferentemente dos sistemas alfabéticos de base oral, o SignWriting surge justamente para registrar simultaneidades, expressões e movimentos, o que reforça sua plena adequação à natureza visuoespacial das línguas de sinais.

O desenvolvimento e a manutenção do sistema são responsabilidade do *Deaf Action Committee for SignWriting* (DAC), ligado ao *Center for Sutton Movement Writing*, organização sem fins lucrativos dirigida por Valerie Sutton (Silva, 2012). O centro também atua na criação de sistemas gráficos para outros campos, como esportes e mímica, demonstrando a amplitude das contribuições de Sutton para o registro de movimentos humanos.

No campo tecnológico, o DAC desenvolveu programas fundamentais para difundir o SW, como o SignWriter e o SignPuddle, sendo este último ainda utilizado por permitir a criação de dicionários, textos e mensagens eletrônicas em SignWriting. A plataforma consolidou-se como ambiente de colaboração internacional entre surdos e pesquisadores, promovendo aperfeiçoamento contínuo do sistema e aumentando seu alcance global (Iatskiu *et al.* 2018). A existência dessas ferramentas permite perceber como o SignWriting se integra de maneira consistente ao ambiente digital contemporâneo, acompanhando transformações tecnológicas e assegurando sua continuidade como um sistema vivo, adaptável e em constante atualização.

Bózoli (2015) destaca que o SW funciona como um reflexo da própria língua de sinais no papel, pois registra a produção sinalizada de modo que possa ser reinterpretada visualmente pelo leitor. Essa observação reforça a característica icônico-visual do sistema e sua acessibilidade, já que permite que os usuários surdos reconheçam de imediato elementos da língua que lhes são familiares.

A grande inovação do SignWriting está justamente nessa possibilidade de registrar línguas de sinais na mesma modalidade em que são produzidas. Quadros e Karnopp (2007) afirmam que essa escrita rompe com a noção de que o letramento da pessoa surda deve ocorrer prioritariamente pela língua oral majoritária, valorizando a gramática e a estrutura natural da Libras. A análise das autoras deixa evidente que o SignWriting representa uma alternativa pedagógica e uma mudança paradigmática no modo como se compreende o acesso do surdo à leitura e à escrita.

No Brasil, o SignWriting começou a ganhar espaço em 1996, quando pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) deram início a projetos pioneiros para sua adaptação e difusão. O professor Antônio Carlos da Rocha Costa, junto com a professora Márcia de Borba Campos e a professora surda Marianne Rossi Stumpf, coordenou o grupo que originou o projeto SignNet. A partir desse grupo, desenvolveram uma versão computacional da Escrita de Sinais, o programa SW-EDIT, lançado em 2004, que permitia a edição, o registro e o armazenamento da Libras em forma escrita através do SignWriting (Seduc-CE, 2013; SignWriting history, 1996; Torchelsen; Costa, 2002).

Com esse impulso inicial, o Brasil assumiu protagonismo na América Latina ao combinar tecnologia e educação para tornar eficaz a escrita de sinais. A adoção do SW-EDIT representou um passo decisivo para institucionalizar a escrita da Libras e favorecer sua difusão em contextos educativos e de pesquisa, criando as bases para a formação de uma comunidade de usuários e estudiosos do SignWriting no país.

Em seguida, outro marco importante consolidou esse avanço no âmbito acadêmico brasileiro. A criação do curso de Letras-Libras, em 2006. Como afirma Silva (2024):

O SignWriting inesperadamente ganhou muita força no Brasil [...] devido ao curso Letras-Libras [...] que já possuía na grade curricular do curso a Escrita de Sinais ministrado pela professora Marianne Stumpf (Silva, 2024, p. 7).

Com essa inserção do SW no ensino superior ampliaram-se o reconhecimento científico e formaram-se profissionais capazes de aplicá-lo em

diferentes contextos educacionais, sociais e culturais. O impacto transformador desse movimento é inegável.

Além do meio acadêmico, o SignWriting expandiu-se de forma expressiva para o campo literário e cultural no Brasil, especialmente por meio da produção de literatura infantil em Escrita de Sinais. Strobel (2008), Karnopp (2010) e Hessel, Rosa e Karnopp (2003) evidenciam que, desde a década de 1990, autoras surdas e pesquisadoras da área passaram a produzir obras literárias que utilizam o SignWriting como meio legítimo de registro narrativo, constituindo um marco na valorização da literatura surda e da cultura visual. Nesse contexto, destacam-se publicações como *Uma Menina Chamada Kauana* (Strobel, 1997), obra pioneira que inaugura a literatura infantil em SignWriting no Brasil ao apresentar uma narrativa integralmente acessível à criança surda; *Cachos Dourados* (Stumpf, 2003), que adapta um clássico da literatura infantil para a escrita de sinais; e *Cinderela Surda* (Hessel; Rosa; Karnopp, 2003), que propõe uma releitura bilíngue do conto tradicional, contemplando Libras, português escrito e SignWriting.

A análise dessas obras permite compreender que o SignWriting não se limita a uma função técnica de registro linguístico, mas se configura como instrumento de afirmação cultural, de acesso à literatura e de fortalecimento da identidade surda desde a infância, ampliando as possibilidades de letramento em língua materna.

Essa produção literária permite observar que o SignWriting extrapola o uso pedagógico e se consolida como um recurso de representatividade cultural, ao possibilitar que crianças surdas tenham acesso a narrativas construídas em sua própria língua. Esse movimento contribui para o fortalecimento da identidade linguística e cultural desse público, uma vez que promove o reconhecimento da Libras como língua de expressão estética e narrativa.

O relato de Stumpf (2013) sobre sua primeira experiência com o sistema reforça a relevância desse contato inicial:

A primeira vez que eu vi SignWriting foi quando, na PUCRS, o prof. Rocha mostrou o manual americano [...] olhei as configurações de mãos e comparei com os símbolos do sistema (Stumpf, 2013, p. 63).

A partir desse depoimento é possível analisar o impacto visual imediato que o SW gera nos usuários, revelando a familiaridade entre língua e escrita e fortalecendo a construção identitária da pessoa surda. Essa percepção revela a potência expressiva e descritiva do sistema, também demonstra que sua adoção não ocorre somente por questões metodológicas, mas por uma demanda linguística mais ampla.

Assim, o interesse crescente pelo SignWriting se relaciona diretamente com a busca histórica de registrar a língua de sinais, reconhecendo-a como forma legítima de expressão. Esse movimento histórico de sua criação e consolidação está vinculado à necessidade universal de registrar a língua. Como lembra Neves (2018):

A necessidade da criação e uso de um sistema de notação das Línguas de Sinais sempre existiu [...] porque registrar informações é inerente a qualquer cultura, língua e sociedade (Neves, 2018, p. 25).

A perspectiva da autora demonstra que o SW atende a uma demanda histórica e cultural da comunidade surda, permitindo que suas línguas deixem de ocupar o lugar de ágrafas e passem a compor uma tradição escrita própria.

Dessa forma, o SignWriting não deve ser visto além, como parte de um processo contínuo de resistência, reconhecimento e afirmação cultural. Sua origem híbrida, difusão global e consolidação no Brasil revelam sua força enquanto instrumento linguístico e símbolo político.

3.2 Características e formas de escrita do SignWriting

O SignWriting constitui um sistema de escrita visual concebido para representar de maneira fiel todos os elementos constitutivos das línguas de sinais, incorporando configurações de mão, movimentos, expressões faciais, orientações corporais e outros marcadores não manuais. Diferentemente das escritas alfabéticas de base sonora, sua lógica é estritamente visual, fundamentada em símbolos icônicos que mantêm relação direta com o corpo humano e os gestos realizados na sinalização.

Como observa Stumpf (2005), trata-se de uma escrita que não traduz sons, mas imagens, refletindo, assim, a própria natureza da Libras. Ao analisar essa concepção, percebe-se o quanto o sistema rompe com a tradição fonocêntrica e estabelece um modelo de registro adequado à modalidade visuo-espacial da língua de sinais.

A organização estrutural do SignWriting é detalhada e cuidadosamente sistematizada. Stumpf (2005) explica que o sistema incorpora parâmetros mais amplos que os propostos por Stokoe e outros modelos anteriores, abrangendo expressões faciais, orientação e posição das mãos, tipos de contato, movimentos dos dedos e dos braços, sejam eles retos, curvos, circulares ou com flexões, além de movimentos de cabeça, corpo e olhar.

Essa ampliação demonstra que o sistema registra sinais e tenta preservar a totalidade da experiência comunicativa da pessoa surda. Isso revela um compromisso com a fidedignidade linguística, reforçando a relevância do SignWriting como ferramenta que respeita a complexidade da Libras.

A robustez do sistema também se evidencia na quantidade de símbolos disponíveis. Segundo Stumpf (2005):

O sistema comporta aproximadamente 900 símbolos. Entre esses símbolos, muitos trazem mais precisão à notação dos símbolos gestuais, mas não são indispensáveis à compreensão de um enunciado escrito por um locutor de uma determinada língua de sinais. A quantidade do número de símbolos que o SignWriting coloca para a notação dos elementos manuais revela a complexidade desses movimentos na composição das línguas de sinais (Stumpf, 2008, p. 16).

A autora ressalta que a grande variedade de símbolos reflete justamente a complexidade dos movimentos nas línguas de sinais. Considerando essa observação, é perceptível que o SignWriting foi projetado para captar tanto os elementos essenciais quanto as sutilezas expressivas da sinalização, possibilitando registros simples ou altamente detalhados conforme a necessidade comunicativa.

Já a disposição espacial dos símbolos segue uma lógica visual próxima do corpo humano. Boutora (2003) descreve que:

Retângulos virtuais compreendem um conjunto de símbolos alinhados verticalmente. Um conjunto de símbolos representa um signo, quer dizer, uma unidade lexical eventualmente associada a um complemento de informações gramaticais; os signos são separados por um espaço. No interior de um “signo etiqueta” ou “pilha”, os símbolos são colocados verticalmente segundo a lógica do corpo humano. Assim, o círculo que configura a cabeça suporta os símbolos que representam os elementos manuais. Os elementos não manuais (essencialmente os movimentos da face e o olhar) são inscritos dentro do círculo cabeça (Boutora, 2003, p. 80).

Essa estrutura facilita a leitura para pessoas surdas, que reconhecem intuitivamente a organização dos sinais, como se observassem a cena em três dimensões. Sob esse ponto de vista, percebe-se que a escrita mantém coerência com a forma como o sinal é percebido visivelmente, fortalecendo sua usabilidade entre leitores surdos.

Diversas representações gráficas (ver anexo A), como o alfabeto em SignWriting (anexo - figura 1), as configurações básicas de mão (anexo - figura 2), as orientações da palma da mão (anexo - figura 3), os números em SignWriting (anexo - figura 4) e os símbolos de expressões faciais, incluindo sobrancelhas, olhos, boca e outros elementos (anexo - figura 5), fazem parte desse sistema e contribuem para sua precisão.

Da mesma forma, os grupos de configuração de mão (anexo - figura 6) e os símbolos de movimentos dos dedos (anexo - figura 7) complementam o conjunto de parâmetros que ampliam a expressividade da escrita, enquanto os símbolos do corpo (anexo - figura 8) e os movimentos da cabeça (anexo - figura 9) reforçam a natureza integral e visual do registro.

No que se refere às formas de escrita, Stumpf (2005, p. 93) destaca três maneiras principais de representar sinais no sistema. A primeira é a escrita com o corpo inteiro (anexo - figura 10), utilizada em países como a Dinamarca, especialmente por crianças surdas e famílias, pois facilita a compreensão de iniciantes. A segunda é a forma padrão (anexo - figura 11), mais difundida nos Estados Unidos e no Brasil, caracterizada por maior sistematização e clareza visual.

A terceira é a escrita simplificada ou manual (anexo - figura 12), comparável a uma taquigrafia visual, que omite detalhes para agilizar o registro

dos sinais. Essa diversidade reforça a flexibilidade do sistema, adaptando-se tanto a contextos pedagógicos quanto a usos mais especializados. Ao analisar essas modalidades, nota-se que elas ampliam as possibilidades de uso, permitindo que o SignWriting seja empregado desde atividades escolares até registros linguísticos mais técnicos.

Outro aspecto diz respeito à morfologia e à gramática visual da escrita. Stumpf (2005) explica que os símbolos podem sofrer flexões, sobretudo em verbos direcionais, em que a orientação e o movimento das mãos indicam quem realiza e quem recebe a ação. Assim, dentro de um mesmo símbolo, podem estar presentes informações lexicais e gramaticais simultaneamente. Além disso, o sistema inclui sinais de pontuação e traços ideográficos, o que leva a autora a classificá-lo como ideofonográfico, combinando elementos visuais e linguísticos.

A fidelidade com que o SignWriting representa os parâmetros fonológicos da Libras também é destacada por Bózoli (2021), ao afirmar que:

As características das línguas de sinais são preservadas neste sistema, registrando precisamente seus parâmetros fonológicos (configuração de mão, orientação da palma da mão, ponto de articulação, movimento e expressões não manuais). Desta maneira, a escrita de sinais possibilita ler e escrever o que desejarmos, independentemente do tipo de projeto ou nível do texto (Bózoli, 2021, p. 30).

Essa observação reforça que a escrita documenta e preserva aspectos essenciais da língua, garantindo que a representação visual mantenha coerência com a estrutura linguística da Libras. A partir desse entendimento, torna-se claro que o SignWriting funciona como uma importante ferramenta de valorização da cultura surda e de consolidação da Libras enquanto língua plena, oralizada visualmente.

Diante de todas essas características, compreende-se que o SignWriting é uma escrita visual que transforma a experiência linguística da comunidade surda em registro gráfico legítimo. Sua capacidade de abarcar a riqueza expressiva da Libras, desde movimentos amplos até microexpressões faciais, revela sua importância tanto acadêmica quanto cultural.

3.3 Aplicações educacionais e desafios no Brasil

O uso do SignWriting no contexto educacional brasileiro consolidou-se como uma ferramenta essencial para o fortalecimento do bilinguismo e da inclusão de estudantes surdos. Em diversas regiões do país, iniciativas institucionais e comunitárias têm explorado o sistema como apoio ao ensino de Libras, ampliando possibilidades de acesso ao conhecimento e contribuindo para práticas pedagógicas mais alinhadas à modalidade visuoespacial da língua.

Um exemplo emblemático é o projeto desenvolvido pelo Instituto Tertúlias Libras, em Belo Horizonte (MG), que, em 2019, inaugurou o primeiro curso de Escrita de Sinais baseado no método SignWriting. A proposta buscou apresentar os fundamentos do sistema e demonstrar seu potencial como recurso didático no ensino e na formação de usuários de Libras (Barros, 2022).

De acordo com Silva (2024), durante o curso, surdos e ouvintes participaram conjuntamente das atividades, inicialmente de modo presencial e, posteriormente, à distância devido à pandemia.

Com o tempo, novas turmas foram criadas, e o projeto alcançou um público ainda maior por meio de um curso gratuito disponibilizado no YouTube. Essa trajetória evidencia como o SignWriting pode funcionar como um elo entre diferentes perfis de aprendizes, ampliando o acesso e promovendo uma perspectiva mais democrática do ensino de Libras (Silva, 2024, p.16).

Este movimento demonstra que, quando combinado com iniciativas de formação e divulgação, o sistema pode assumir um papel crucial na construção de práticas inclusivas e socialmente comprometidas. Forcadell (2016) analisou a influência do SignWriting na formação de profissionais de Libras, sustentando que o domínio da escrita de sinais melhora a atuação docente e fortalece o bilinguismo no ambiente educacional. Rabelo (2020), por outro lado, constatou que o uso do sistema promove o letramento e facilita o acesso ao português escrito, atuando como um elo linguístico entre Libras e a língua portuguesa.

Essas concepções reforçam que o SignWriting não se limita à representação visual dos sinais, mas também desempenha funções cognitivas e pedagógicas fundamentais, especialmente quando se considera o direito linguístico do estudante surdo de acessar diferentes formas de registro.

No contexto educacional Breda (2016) ressalta que o sistema funciona como um recurso facilitador que simplifica a comunicação entre professores e alunos, tornando o processo de aprendizagem mais visual, acessível e alinhado com as demandas linguísticas dos alunos surdos. No entanto, a autora também aponta desafios persistentes, como a escassez de materiais adaptados e a necessidade de formação específica para educadores. Esta observação revela um problema estrutural relevante, apesar de o SignWriting apresentar um potencial significativo; sua expansão depende de investimentos institucionais, formação continuada e políticas públicas que reconsiderem a escrita de sinais como parte integrante do processo educativo bilíngue.

De acordo com esses dados, Bózoli (2021) afirma que o SignWriting pode contribuir para o aprendizado do português escrito, auxiliando o estudante surdo a estabelecer relações entre a sua língua materna e a língua predominante. O sistema, além de ser um suporte gráfico, reforça a identidade surda e valida a Libras como língua completa, fornecendo meios concretos de registro, leitura e circulação textual (Bózoli 2021). Em outras palavras, essa perspectiva demonstra que a escrita de sinais desempenha um papel cultural que ultrapassa a sala de aula, contribuindo para a construção de autonomia linguística e simbólica.

No entanto, para que o SignWriting se integre efetivamente à educação no Brasil, é crucial avançar na capacitação de docentes, expandir a produção de recursos acessíveis e fomentar ações institucionais que valorizem o bilinguismo como um princípio. Apenas com essa combinação de esforços, o sistema será capaz de cumprir integralmente seu papel social, garantindo uma educação inclusiva que respeite a língua e a cultura surda em toda a sua complexidade.

4 A RELEVÂNCIA DA ESCRITA DE SINAIS DA LIBRAS PARA A IDENTIDADE SURDA: legalização, avanços e desafios

Este capítulo discute a importância da escrita de sinais para o fortalecimento da identidade surda, destacando como o SignWriting vem se consolidando como um elemento essencial para a valorização da Libras enquanto língua plena. Busca-se demonstrar que sua adoção ultrapassa o campo pedagógico e se insere no âmbito dos direitos linguísticos, garantindo

autonomia, participação social e preservação cultural. Assim, examinam-se a necessidade de reconhecimento legal, os obstáculos à implementação nacional, os avanços já conquistados e as perspectivas de ampliação do uso desse sistema no cenário educacional e cultural brasileiro.

4.1 A Necessidade do reconhecimento legal

A escrita é um dos principais meios de preservar e fortalecer as línguas, permitindo que seus saberes sejam registrados, transmitidos e consolidados ao longo do tempo (Arcenio, 2017). Para a comunidade surda, ter acesso a um sistema que represente fielmente a estrutura visual da Libras é indispensável, para a construção de uma identidade linguística e cultural.

Durante décadas, a ausência de uma forma escrita própria restringiu o registro da língua de sinais e dificultou o desenvolvimento da competência escrita entre surdos, que muitas vezes foram obrigados a se expressar exclusivamente por meio da língua portuguesa, a qual não traduz integralmente a organização visual de sua língua natural.

Nesse contexto, o SignWriting surgiu como instrumento essencial de representação gráfica da Libras. Conforme afirma Gregorio (2024, p. 15), “é preciso reconhecer que o surdo tem a necessidade de escrever numa modalidade que representa os parâmetros fonológicos da Libras”. Essa afirmação reforça a legitimidade do SignWriting como uma proposta técnica, e uma reivindicação identitária, visto que permite ao sujeito surdo registrar sua língua de modo autêntico e condizente com suas especificidades cognitivas e visuais.

Embora a Libras tenha sido reconhecida como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, não existe ainda reconhecimento legal oficial de uma forma escrita da Libras, como o SignWriting, no ordenamento jurídico brasileiro. Esse vazio normativo limita a inserção do SignWriting em políticas públicas, materiais didáticos e documentos educacionais, dificultando a participação da comunidade surda na cidadania linguística. Barreto (2021) desataca que o reconhecimento da escrita da Libras é uma etapa crucial para consolidar a língua de sinais como um sistema completo, falado e escrito. Essa análise demonstra que a legalização

do SignWriting reforçaria o status linguístico da Libras, e aumentaria sua abrangência no contexto acadêmico, social e cultural.

Stumpf e Linhares (2021) corroboram essa visão, ao declararem que o SignWriting é a técnica de escrita de sinais mais utilizada no mundo. De acordo com as autoras, sua criação coincidiu com um período de crescente integração mundial, o que favoreceu sua adoção por diversas comunidades surdas e consolidou-se como um sistema universal, capaz de registrar diferentes línguas de sinais sem apagar suas particularidades. Esta observação demonstra que o SignWriting apresenta robustez e adaptabilidade suficientes para ser legalmente adotado no Brasil, aproximando-se de sistemas amplamente utilizados, como o alfabeto latino.

Todavia, a legalização do SignWriting deve ser acompanhada por políticas que garantam sua implementação efetiva. Conforme ressaltado por Stumpf e Linhares (2021):

Ao considerar a necessidade de se reconhecer esse sistema como a forma de escrita da comunidade surda brasileira, é preciso maior estímulo na formação de profissionais de escrita de sinais pelo sistema SW, bem como a criação de estratégias de ensino-aprendizagem e tradução de materiais por esse sistema e o investimento em pesquisas para a criação de softwares que favoreçam sua viabilidade (Stumpf; Linhares, 2021, p. 129).

A análise das autoras demonstra que a legalização, isoladamente, não garante o uso social da escrita; é indispensável investir em formação, tecnologia e produção de materiais. Sendo assim, é necessário o reconhecimento legal do SignWriting como primeiro passo, sua consolidação depende de ações estruturadas que garantam seu uso cotidiano nas escolas, universidades e ambientes digitais.

Outra análise refere-se ao aumento do número de usuários do sistema. Silva (2008) afirma:

Não se pode esquecer que para uma língua se consolidar é fundamental que existam usuários que compartilhem o mesmo código. Nesse sentido, o SignWriting ainda não se consolidou como a língua escrita da comunidade surda usuária da Libras. É bem verdade que ampliar o número de usuários do SignWriting

e consolidar a língua escrita da comunidade surda será, para esse grupo, uma conquista sem precedentes (Silva, 2008, p. 23).

É diante dessa concepção que a consolidação do SignWriting está diretamente relacionada ao incentivo institucional e ao acesso amplo ao sistema. Entende-se que, ao reconhecer legalmente esse código escrito, o Estado contribuirá para ampliar significativamente seu número de falantes, fortalecendo a identidade linguística e favorecendo a produção de conhecimento em Libras.

Capovilla e Capovilla (2002) conduziram estudos que evidenciam a importância crucial da escrita visual da língua de sinais no desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda. Da mesma forma que a criança ouvinte aprimora suas habilidades através da escrita alfabética, a criança surda pode evoluir de forma mais completa ao usar um sistema que represente os componentes visuais da Libras. Essa afirmação demonstra que a escrita adequada não apenas favorece o aprendizado, como também consolida a identidade cultural, permitindo à criança surda reconhecer-se como sujeito de uma língua completa.

A inadequação do alfabeto português para representar a Libras, é também enfatizada por Capovilla e Sutton (2001):

Esperar que uma criança surda consiga ler e escrever no código alfabético com a mesma naturalidade que a ouvinte é tão absurda quanto esperar que um ouvinte consiga escrever os sons da fala fazendo uso de notas musicais. Cada tipo de fenômeno a ser registrado requer um sistema de representação escrita apropriado: notas musicais para música, alfabeto para língua falada, SignWriting para Língua de Sinais (Capovilla; Sutton, 2001, p. 1505).

Esta comparação demonstra de forma clara e contundente que o uso exclusivo da escrita alfabética não atende às necessidades linguísticas do estudante surdo. Essa discussão também é mencionada nos estudos de Forcadell (2016), que aponta:

Um fato frequentemente apontado por surdos, em trabalhos que tratam da leitura, é a dificuldade que encontram em lidar com aspectos relacionados à estrutura e ao funcionamento da língua portuguesa; conseqüentemente, a leitura, a análise e a produção

textual se apresentam como tarefas árduas ao surdo em sua vida acadêmica e profissional (Forcadell, 2016, p. 34).

Nesse trecho, fica claro que as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos não são decorrentes de uma falta de capacidade, mas sim do fato de que a língua portuguesa não é adequada à estrutura de sua língua natural. Sendo assim, a inclusão do SignWriting nas práticas educativas significa assegurar a equidade linguística e permitir que as pessoas surdas aprendam e produzam conhecimento a partir de sua própria língua.

Gregorio (2024) complementa essa questão ao lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (Unesco, 1996) estabelece que todas as comunidades têm o direito de decidir sobre a presença e o ensino de sua língua em todos os níveis educacionais. Com base nessa premissa, o autor argumenta que a comunidade surda precisa garantir o direito de utilizar e aprender a escrita da Libras no sistema que a representa de maneira mais adequada. Essa perspectiva reforça que a legalização não é apenas uma questão técnica, mas sim um imperativo ético e jurídico.

Assim, associar o SignWriting aos compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030 intensifica ainda mais a sua relevância. O ODS 4, dedicado a educação inclusiva e equitativa, em particular sua meta 4.7, enfatiza a valorização da diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos (ONU, 2015). Logo, reconhecer o SignWriting, significa assegurar que a pessoa surda tenha acesso efetivo ao conhecimento, permitindo a participação plena na vida social e acadêmica.

Esta ideia também se alinha à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), cujo artigo 27 estabelece:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Essa orientação reforça que a inclusão não se limita ao acesso, mas também à garantia de condições de aprendizagem adequada. Dessa forma, reconhece-se que assegurar à pessoa surda o direito de aprender e escrever em Libras, cumprindo o princípio da educação inclusiva de forma plena e efetiva.

4.2 Desafios para a legalização e implementação

O caminho para a legalização e implementação efetiva do SignWriting enfrenta diversos obstáculos. Um dos maiores obstáculos é a ausência de um acordo nacional sobre a adoção de um único sistema de escrita de sinais. Embora o SignWriting seja o método mais conhecido no mundo, ele coexiste com outras propostas do Brasil, gerando incertezas entre gestores, pesquisadores e instituições educacionais sobre qual delas deve orientar as práticas de ensino. Sem esta definição, é difícil avançar em políticas públicas consistentes.

Há atualmente quatro sistemas de escrita de sinais no Brasil, o SignWriting, o ELiS (Escrita de Línguas de Sinais), o SEL (Sistema de Escrita de Línguas de Sinais) e a Visografia. Apesar da diversidade de propostas, é crucial que haja um sistema único oficializado, de modo a facilitar o ensino, a pesquisa e a comunicação escrita entre os usuários da Libras. Dessa forma, Gregorio (2024, p. 112) sustenta que “tendo em vista que existem quatro sistemas de escrita de sinais no Brasil, essa ação justifica a implementação de apenas um único sistema de escrita de sinais”. Sendo assim, deve-se legalizar o sistema SignWriting.

A discussão sobre essa a necessidade de um sistema único de escrita para a Libras tem ganhado força justamente porque a falta de padronização ainda impede o progresso de diversas iniciativas educacionais. Ao adotar um sistema de escrita diferente, torna-se mais difícil produzir materiais, formar professores e assegurar que a comunidade surda tenha acesso a uma escrita estável e amplamente reconhecida. Gregorio (2024) defende a ideia que:

A escolha de um único sistema possibilita a viabilidade para se implementar, difundir, ensinar e ter acesso ao conhecimento por toda a comunidade surda no Brasil. A pesquisa de Sousa, Garcia e Lima (2019) também reforça que há vários cursos de Letras: Libras no Brasil que usam o sistema SignWriting. Por isso, a

importância de se oficializar esse sistema para a escrita da Libras (Gregorio, 2024, p. 112).

Sob essa ótica, fica claro que a unificação não possui apenas uma natureza técnica, mas também pedagógica e social. Conforme ressaltado por Calvet (2007), após uma língua receber um sistema gráfico estruturado, começa uma fase igualmente crucial, a sua disseminação social. Isso engloba a promoção do sistema, o desenvolvimento de materiais de fácil acesso e a incorporação dessa escrita nos ambientes escolares e institucionais. Sem este esforço contínuo, o sistema permanece limitado e não se consolida no uso cotidiano.

Outro ponto relevante destacado por Suana (s.d.), é que apesar do avanço no ensino e aprendizado do SignWriting, ainda persiste um extenso percurso caminho até que o sistema seja verdadeiramente compreendido. A autora argumenta que a dificuldade não surge por uma única causa, mas sim por um conjunto de fatores que se acumulam ao longo do tempo. Uma das razões é o fato de que, historicamente, as línguas de sinais não apresentavam registros escritos, a ausência de materiais culturais que aproximem o sistema da vida cotidiana dos surdos e a limitação da oferta de cursos de formação.

Também é relevante mencionar a resistência encontrada em diversas escolas de surdos, que ainda não compreendem o SignWriting como uma ferramenta necessária, uma vez que não está formalmente presente nos currículos e há uma predominância do português na sociedade. Além disso, há uma ausência, de uma padronização ortográfica como aponta Cury (2016, *apud* Silva, 2013), e o tempo necessário para adaptar materiais didáticos (Bózoli, 2015).

Um outro aspecto importante refere-se à falta de uma formação apropriada para os profissionais que lidam com estudantes surdos. A formação inicial de muitos professores, intérpretes e tradutores não teve contato com a escrita de sinais, e alguns sequer tiveram a oportunidade de conhecer o SignWriting. Isso faz com que, até mesmo os que reconhecem a importância do sistema, não se sintam confortáveis para utilizá-lo em sala de aula, criar materiais ou orientar os alunos no processo de aprendizagem. Sem cursos,

capacitações e orientações claras sobre como lidar com a escrita, torna-se extremamente difícil para esses profissionais inseri-la no seu cotidiano.

A falta de formação adequada é, inclusive, contrária ao que determina legislação brasileira. De acordo com o Art. 60-B, da Lei 14.191/2021, estabelece:

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior (Brasil, 2021).

Embora haja essa garantia legal, ainda persiste um grande desencontro entre o que é estabelecido na lei e a realidade experimentada nas instituições de ensino. Dessa forma, apesar de haver um marco legal, que reconhece a relevância de professores bilíngues qualificados, o cotidiano escolar revela lacunas significativas que dificultam a inclusão efetiva dos estudantes surdos. Isso reforça a necessidade de investir em políticas públicas de formação contínua, que incluam o SignWriting como uma parte integrante do processo educativo e não apenas como um conhecimento complementar.

Outro aspecto que merece destaque é o enfrentamento de desafios ao tentar levar a escrita de sinais para ambientes formativos de forma mais organizada. Os cursos e iniciativas enfrentam dificuldades devido ao fato de a maioria das pessoas, surdas e ouvintes, não ter tido a oportunidade de experimentar esse tipo de escrita. Isso resulta em uma primeira impressão caracterizada por estranheza, dúvidas e até receio de não conseguir gerir o sistema.

Esse cenário torna-se ainda mais evidente quando se observa experiências reais de implementação do SignWriting no Brasil. Um exemplo significativo é o curso ofertado pelo Instituto Tertúlias LIBRAS, em Belo Horizonte, que enfrentou diversos desafios até se consolidar como proposta formativa. Como aponta Silva (2024):

O Curso de Escrita de Sinais enfrentou desafios significativos devido à novidade do tema no Brasil, resultando em resistência

inicial à matrícula. A instituição lançou uma campanha de conscientização para destacar a importância da escrita de sinais, modificando ao longo do tempo os requisitos de entrada para refletir diferentes abordagens e metrificar resultados diversos, desde a exigência inicial de comunicação em Libras até a fluência absoluta. Este ajuste visa adaptar-se dinamicamente às demandas do público-alvo e contribuir para a evolução contínua do ensino de Libras no contexto educacional brasileiro (Silva, 2024, p.10).

Essa observação sinaliza que a aceitação do SignWriting está diretamente relacionada ao nível de sensibilização da comunidade surda e ouvinte envolvida. Nesse ponto de vista, o relato de Silva (2024), demonstra que a simples existência de um sistema de escrita não garante sua apropriação. É preciso criar condições pedagógicas e comunicacionais que reduzam resistências naturais diante de algo novo, principalmente quando envolve um processo de letramento visual ainda pouco difundido.

Observando esse cenário mais amplo, nota-se que o avanço das práticas educacionais voltadas às pessoas surdas depende de um compromisso estrutural com o desenvolvimento de recursos acessíveis. Contudo, muitas iniciativas encontram barreiras que vão desde a falta de investimentos até a escassez de tecnologias e pesquisas que sustentem práticas inclusivas. É nesse contexto que a legislação brasileira assume esse papel crucial ao estabelecer diretrizes claras sobre a responsabilidade estatal no fomento à tecnologia assistiva. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) estabelece:

Art. 72. Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva [...]
 Art. 78. Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais (Brasil, 2015).

Ao analisar esses dispositivos, torna-se evidente que linguagens visuais como o SignWriting estão diretamente relacionadas ao escopo da tecnologia assistiva mencionada pela LBI. Isso significa que promover pesquisas, softwares, materiais didáticos e métodos de propagação da escrita de sinais não

é apenas uma ação desejável, mas também uma exigência legal. O Estado, as instituições de ensino e as agências de fomento têm a responsabilidade de criar condições que tornem este sistema cada vez mais acessível e integrado à educação de surdos.

Esta visão se alinha com o que diz Gregorio (2024), que enfatiza a consolidação do SignWriting está fortemente ligada ao aumento de recursos tecnológicos. De acordo com o autor, é crucial que os governos e instituições invistam em plataformas digitais que permitam o uso da escrita em computadores, tablets e celulares. Ou seja, entende-se que essa é uma das áreas mais prioritárias, uma vez que a falta de ferramentas adequadas compromete a continuidade do aprendizado, limita a circulação da escrita e dificulta a sua inserção em ambientes acadêmicos e profissionais. Sem tecnologia necessária, o SignWriting corre o risco de permanecer restrito a espaços muito específicos, perdendo sua capacidade de ser um sistema completo e funcional.

Essa discussão acerca de políticas públicas se intensifica ao dialogar-se com as diretrizes internacionais. A UNESCO (1996) reconhece que o uso pleno das línguas de uma comunidade depende das ações governamentais que garantam condições concretas de preservação, difusão e escrita. A Declaração contém o seguinte texto:

Os poderes públicos devem tomar todas as medidas oportunas para a aplicação, no seu âmbito de atuação, dos direitos proclamados nesta Declaração. Mais concretamente, devem disponibilizar fundos internacionais de apoio ao exercício dos Direitos Linguísticos para as comunidades manifestamente carenciadas de recursos. Assim, os poderes públicos devem proporcionar o apoio necessário à codificação, à transcrição escrita, ao ensino das línguas das diversas comunidades e à sua utilização na administração (UNESCO, 1996).

Dessa forma, é possível notar que assegurar instrumentos de escrita, como o SignWriting para a Libras, não é apenas uma questão metodológica, mas também um direito linguístico. A falta de políticas públicas, investimentos e pesquisas nessa área perpetua as desigualdades e impede que a comunidade surda tenha pleno domínio sobre sua língua em registros formais, acadêmicos e institucionais. Assim, a Declaração da UNESCO reforça que a consolidação do

SignWriting é uma parte fundamental da inclusão linguística e social, abrangendo tanto medidas educacionais quanto políticas e tecnológicas.

4.3 Avanços e perspectivas futuras

Os debates sobre o futuro do SignWriting no Brasil vêm ganhando consistência à medida que pesquisas, práticas pedagógicas e produções culturais demonstram seu potencial para ampliar o letramento em Libras e fortalecer a educação bilíngue. Essa tendência já era visível antes mesmo da popularização recente da escrita de sinais, como aponta Nobre (2011), ao afirmar:

Atualmente é possível inferir que a comunidade surda brasileira está em pleno progresso de evolução da ELS através do sistema SW, ao passo que projeta está escrita como oportunidade de letramento para surdos, pela capacidade de registro de uma língua visual (2011, p. 39).

Ao analisar esse trecho, percebe-se que o SignWriting sempre foi visto como uma possibilidade real de avanço, não apenas como um experimento linguístico. O autor antecipa um movimento que hoje se confirma, a escrita de sinais não surge como complemento, mas como parte estruturante de um processo mais amplo de consolidação da educação bilíngue no país.

Fernandes, Oliveira e Brasil (2024) evidencia esse avanço, ao que mapear a expansão do SignWriting nas produções literárias brasileiras. Os autores mostram que a escrita de sinais deixou de ser restrita a iniciativas isoladas e passou a ocupar espaço significativo na produção cultural da comunidade surda. Eles destacam:

A partir de 2019, o gráfico mostra um crescimento expressivo nas publicações, com um pico em 2021. Esse aumento coincide com o avanço da tecnologia digital e a popularização de plataformas online, facilitando o acesso e a distribuição de obras em SW (Fernandes; Oliveira; Brasil, 2024, p.11).

Essa constatação revela que o crescimento do SignWriting acompanha diretamente a modernização dos recursos digitais, o que, demonstra que a

tecnologia e escrita de sinais estão em constante evolução. Quanto mais ferramentas digitais surgem, maior o acesso ao SW, e quanto mais o SW se difunde, maior a demanda por tecnologias que o suportem.

Os autores também enfatizam que esse movimento tem impacto cultural profundo, ao afirmar que:

Assim, o desenvolvimento contínuo da literatura em SW é crucial para a preservação e valorização da identidade e da cultura da comunidade surda no Brasil. A literatura surda, ao promover representatividade e inclusão, tem um papel essencial na construção de uma sociedade mais acessível e culturalmente diversa (Fernandes; Oliveira; Brasil 2024, p. 17).

Essa reflexão ressalta o SignWriting como um recurso linguístico, e um mecanismo de afirmação identitária. Pois, quando a comunidade surda se vê representada na escrita, fortalece sua própria história, amplia repertórios e garante a continuidade de uma cultura visual que resiste, cria e se reinventa.

Na área educacional, essa expansão também tem sido acompanhada pela produção de materiais didáticos. Breda (2016) observa que o SignWriting possibilita a elaboração de apostilas, slides e conteúdos digitais específicos para estudantes surdos, ampliando o acesso aos currículos escolares. Nessa perspectiva, essa observação reforça a importância da escrita como ferramenta pedagógica, permitindo que professores construam recursos visualmente compatíveis com a modalidade linguística da Libras.

Quadros (2017) complementa esse debate ao destacar que a produção de materiais como dicionários e glossários exige algum nível de padronização, desde que não elimine a variação natural da língua. Essa reflexão se aplica diretamente ao SignWriting, que também precisará equilibrar estabilidade gráfica e respeito à diversidade linguística. Esse equilíbrio é essencial, um sistema de escrita precisa ser minimamente fixo para ser ensinado, mas suficientemente flexível para representar a língua em uso real.

Strobel (2015) ressalta que várias instituições de ensino, como as universidades federais já incluíram as disciplinas de Escrita de Línguas de Sinais em seus cursos de Letras–Libras, ampliando a capacitação de profissionais que dominam o sistema. Barbosa (2017) aprimora esse diagnóstico ao demonstrar

que instituições como a UFSC, UFRJ, UFPel, UFPR e UFAL (ver anexo B), assim como as escolas Frei Pacífico e a Helen Keller, já utilizam o SignWriting. Isso indica, que o SW não é somente incorporado como um conteúdo teórico, mas também como um componente do dia a dia das escolas e universidades, o que intensifica sua propagação em todo país.

Além do uso educacional, os debates incluem a possibilidade de ampliar o SW em avaliações formais. Gregorio (2024) observa que, apesar da sua inserção em provas em formato de vídeo no Enem de 2018 e em vestibulares, ainda há espaço para que o SignWriting seja uma alternativa linguística válida nesses exames. Ele registra que o Mestrado em Letras da UFT também já permite a realização de provas em SW nos editais de 2019, 2023 e 2024.

O que pode se observar com essa análise, é um avanço histórico, pois reconhece que a escrita de sinais pode ser tão legítima quanto o vídeo para expressar conhecimento acadêmico. Além disso, legitima a Libras como língua plena, com modalidade escrita reconhecida e funcional.

Os mesmos autores, Fernandes, Oliveira e Brasil (2024), apontam que a continuidade dessa expansão depende de políticas educacionais consistentes, eles discorrem que:

Para que essa tendência se mantenha e o SW atinja um público ainda maior, é fundamental que sejam implementadas políticas educacionais que integrem o ensino do SW nos currículos escolares, promovendo o aprendizado desde a infância. A criação de acervos visuais e digitais específicos para a literatura surda também se faz necessária, contribuindo para a preservação e disseminação dessas produções (Fernandes; Oliveira; Brasil, 2024, p. 17).

Entende-se que o desafio não reside na produção de mais materiais, mas em assegurar que a escrita de sinais seja incorporada desde o início da escolarização, possibilitando que crianças surdas aprendam que sua língua também se manifesta na escrita.

A perspectiva apresentada por Paiva (2024), concorda com a proposta de introdução do SignWriting desde os primeiros anos de escolaridade, para que a Libras possa ser reconhecida também como língua escrita. O autor afirma:

Diante dos avanços alcançados desde a regulamentação da Lei de Libras, a qual foi o resultado inicial de uma longa jornada de lutas e conquistas da comunidade surda, uma das mais esperadas conquistas está na incorporação da escrita da Língua Brasileira de Sinais. Tal medida representa uma importante mudança cultural para o povo surdo, que não se restringe apenas ao período de escolarização ou à fase de alfabetização, mas também se estende como um processo contínuo de formação identitária e profissional (Paiva, 2024, p. 59).

A partir dessa leitura, o futuro do SignWriting depende de mais esforços da comunidade surda e de pesquisadores isolados, para exigir políticas públicas mais claras, reconhecimento institucional e estratégias que possam assegurar sua presença em escolas, universidades e espaços sociais.

Gregorio (2024) reforça essa necessidade ao defender uma legislação que reconheça oficialmente o SW como sistema de escrita da Libras. Esse é o passo mais aguardado, a transformação do que já existe na prática em um direito garantido por lei, assegurando a difusão, a estabilidade e a adoção nacional.

Desse modo, as perspectivas futuras para o SignWriting apontam para uma expansão que vai além da esfera pedagógica, alcançando dimensões culturais, identitárias e políticas. Espera-se que, nos próximos anos, essa escrita integre currículos escolares, concursos públicos, materiais culturais e produções acadêmicas, consolidando-se como instrumento legítimo de registro da Libras e fortalecendo o direito da comunidade surda de ocupar plenamente o espaço da escrita em sua própria língua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou entender que a legalização do SignWriting vai além da simples implementação de um novo sistema gráfico. Ela espelha um anseio histórico da comunidade surda pelo reconhecimento integral de sua língua, identidade cultural e direito a alfabetização e letramento em sua própria forma linguística. Este entendimento reforça que a escrita em Libras não é apenas um recurso técnico, mas um marco político e social que legitima a experiência visual que caracteriza a comunicação e a cultura surda.

Ao se aprofundar na compreensão sobre identidade surda, cultura visual e bilinguismo, torna-se evidente que a Libras somente pode ser plenamente vivenciada em suas múltiplas dimensões, visual, espacial e escrita. Neste cenário, o SignWriting se apresenta como uma ferramenta que promove a equidade linguística, uma vez que permite o registro da língua de sinais de forma coerente com a sua forma de produção e percepção. Esse aspecto mostra o caráter transformador do sistema, pois ele amplia as possibilidades de aprendizagem, reforça as práticas pedagógicas bilíngues e favorece maior autonomia comunicativa para as pessoas surdas.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que os objetivos gerais e específicos foram alcançados. Foi demonstrado que o SignWriting, ao representar movimentos, expressões e estruturas próprias da Libras, contribui para um letramento adequado às experiências visuais da pessoa surda. Ademais, entendeu-se que a sua legalização em uma ligação direta com a articulação entre políticas públicas, formação docente e reconhecimento institucional. Essa

articulação é indispensável para que a escrita em Libras se torne uma parte efetiva do cotidiano escolar e acadêmico.

Os debates teóricos e documentais também comprovaram que a questão de pesquisa encontra solução no próprio potencial do SignWriting, o sistema expande o acesso ao saber, reforça a identidade dos surdos e favorece práticas de ensino inclusivas. Os dados, ao mesmo tempo demonstram progressos significativos, com a presença crescente de brasileiros em escolas bilíngues, universidades e produções culturais. No entanto, ainda se identificam desafios que restringem sua implementação, principalmente a falta de políticas públicas consolidadas, a formação inadequada dos docentes e a ausência de uma padronização nacional. Diante desse exposto, essas lacunas demonstram que a legalização do sistema é não apenas desejável, mas necessária para assegurar equidade linguística e educacional.

O estudo também permitiu responder de forma coerente às questões norteadoras. O SignWriting, criado por Valerie Sutton aprimorado ao longo do tempo, consolidou-se um sistema viável e funcional para registrar a Libras. Ficou claro que sua institucionalização requer ações integradas, tais como a formação continuada, a produção de materiais pedagógicos e políticas públicas voltadas ao bilinguismo. Ainda foi constatado que o domínio do SignWriting reforça a identidade surda, pois legitima sua língua em todas as suas dimensões e amplia sua participação social. Essa ampliação é crucial para a garantia de direitos e para o fortalecimento cultural da comunidade surda.

Espera-se, que este estudo auxilie o avanço dos debates e promova novas reflexões acadêmicas, políticas e sociais. O futuro do SignWriting no Brasil depende da continuidade das lutas históricas da comunidade surda, do compromisso das instituições de ensino e da sensibilidade do Estado em reconhecer a escrita da Libras como um direito linguístico fundamental. A expectativa é de que os próximos anos tragam progressos significativos, consolidando essa conquista e fortalecendo a língua, a cultura e a identidade do povo surdo brasileiro.

Trata-se de um tema amplo, dinâmico e em constante construção, que requer aprofundamentos futuros. O material aqui exposto representa uma contribuição inicial para a reflexão acerca da importância do reconhecimento

legal da escrita da Libras, vista como um elemento crucial para sua consolidação como língua completa.

Portanto, acredita-se que, ao avançar nessa vertente, a comunidade surda poderá ampliar ainda mais seus espaços de expressão, reafirmando seu direito de registrar sua língua tanto em sua dimensão visual quanto escrita. Dessa forma, Libras e SignWriting podem se fortalecer mutuamente como um idioma completo, contribuindo para uma educação bilíngue verdadeiramente inclusiva e para o fortalecimento da identidade cultural surda.

REFERÊNCIAS

ARCENIO, Cláudia Rodrigues. **Linguagem, língua, fala e alfabetização: uma reflexão sobre o saber linguístico do aluno. e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 31–45, 2017.

BARBOSA, Eva dos Reis Araújo. **É possível escrever a Língua de Sinais? No Mundo da Libras**, 2013. Disponível em: <https://undodalibras.blogspot.com>. Acesso em: 29 Set. 2025.

BARBOSA, Fabíola Moraes; GUSMÃO, Maria Aparecida P.; EUGÊNIO, Benedito. O sistema de escrita SignWriting na educação dos surdos no Brasil. **Revista Linguagem em (Re)vista**, Niterói, v. 16, n. 31, jan./jul. 2021.

BARBOSA, Gabriela Otaviani. **A arte de escrever em Libras. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística)** — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de sinais sem mistérios. 2. ed.** Salvador: Libras Escrita, 2015. v. 1.

BARROS, Juliana Mendes de. **SignWriting no contexto educacional brasileiro: avanços e desafios**. Brasília: Editora Inclusão Acadêmica, 2022.

BARROS, Ricardo Oliveira. O SignWriting como recurso para registro de sinais aclimatados no contexto educacional. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 19, 2016.

BOUTORA, Jean-Pierre. **Langues des signes et écriture: perspectives linguistiques**. Paris: Éditions Linguistiques Européennes, 2003.

BÓZOLI, Ana Paula. **Escrita de sinais e práticas pedagógicas na educação de surdos**. São Paulo: Editora Educação Visual, 2015.

BÓZOLI, Daniele Miki Fujikawa. **Educação bilíngue de surdos: o uso da escrita de sinais SignWriting na aprendizagem do português como segunda língua**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. <https://www.planalto.gov.br/>.

BREDA, Valdenise Simone Melo Moulin. A aplicação da escrita de sinais, SignWriting, no Brasil. **Revista Leitura**, v. 1, n. 57, p. 286-305, jan./jun. 2016. Edição temática: Línguas de Sinais – abordagens teóricas e aplicadas

BUZAR, Edeilce Aparecida Santos; SILVA, Daniele Nunes Henrique; ABREU, Fabrício Santos Dias de. A produção da identidade e da diferença surda: corpo e língua de sinais. **Revista Cocar**, 2023.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAPOVILLA, F. C. (2000). Educação da **criança surda: o bilinguismo e o desafio da escrita** (p. 32). São Paulo: Editora Arara Azul.

CAPOVILLA, F. C., & SUTTON, V. (2001). **Como ler e escrever os sinais da Libras: A escrita visual direta de sinais SignWriting**. In F. C. Capovilla, & W. D. Raphael (Eds.), Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Volume I: Sinais de A a L (Vol. 1, pp. 55-126). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom.

CAPOVILLA, Fernando César; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 8, nº 2, p. 127-146, 2002.

COSTA, E. S. Tendências atuais da pesquisa em escrita de sinais no Brasil. In: **Revista Diálogos**, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em <<https://bit.ly/3uxVHia>> Acesso em 10 set. 2025.

COSTA, Gésica S. S.; KARNOPP, Lodenir Becker; ROSA, Fabiano; HESSEL, Carolina. **Cinderela Surda**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003. Edição revisada 2011.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES E INSTRUTORES DE LIBRAS – FEBRAPILS. **Documento orientador sobre o uso do SignWriting na Educação de Surdos**. Brasília: Febrapils, 2018. Disponível em: <https://www.febrapils.org.br/>.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

FERNANDES, Fernando; OLIVEIRA, Beatriz Christine Atayde; BRASIL, Judivalda da Silva. **Literatura surda em escrita de sinais: levantamento de livros em SignWriting**. publicado em 09 nov. 2024. Artigo aceito em 15 out. 2024. Enviado em 12 set. 2024.

FORCADELL, Murilo Sbrissia Pitarch. **A inserção do sistema SignWriting na formação dos profissionais de Libras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016.

FORCADELL, Murilo Sbrissia Pitarch; STUMPF, Marianne Rossi; FRASSON, Antonio Carlos. **SignWriting: práticas de aprendizagem da escrita da língua**

de sinais. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia, [s.d.].

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa;** 1.ed. Parábola Editorial, São Paulo, agosto 2009.

GONÇALVES, Flávia Maria de Araújo; CAMPELO, Ana Regina. Perspectivas socioantropológicas da surdez e o reconhecimento da Libras como língua. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 64, 2019.

GREGORIO, Renato Jefferson Bezerra Leão. **Caminhos para implementação das políticas linguísticas da escrita de sinais.** 2024. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

HESSEL, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir Becker. **Cinderela Surda.** Canoas: ULBRA, 2003.

IATSKIU, N.; BONDI, A.; STUMPF, M. R. SWift: A Web Platform for Writing in Sign Languages via SignWriting. In: Proceedings of the 9th Workshop on the Representation and Processing of Sign Languages: Sign Language Resources in the Service of the Language Community, **Technological Challenges and Application Perspectives.** Paris: ELRA, 2018. p. 81–86.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Literatura surda: produções, identidades e práticas sociais.** Campinas: Editora Autores Associados, 2010.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda. Texto-base da disciplina de Literatura Visual do Curso de Licenciatura em Letras-Libras da Universidade de Federal de Santa Catarina na modalidade à distância.** Florianópolis: UFSC, 2008.

KUGOT, M. K. **As descrições imagéticas na transcrição e leitura de um texto em Signwriting.** 161 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da Gaivota.** São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e a educação de surdos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LODI, A. C. B. (2013). Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, 39(1), 49–63.

MARQUEZI, Laisa Marta. **SignWriting como instrumento de registro e ensino de Libras: reflexões a partir da prática pedagógica.** 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília, 2018.

NASCIMENTO, Lílian; COSTA, Luciana. A escrita de sinais SignWriting: trajetória histórica, princípios e possibilidades educacionais. **Revista Espaço**, n. 59, p. 1-18, 2022.

PAIVA, Amon Evangelista dos Anjos. **Sistema SignWriting: a escrita da língua de sinais como marcador cultural do surdo**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis e MIRANDA, WILSON. Surdos: o Narrar e a Política In Estudos Surdos – Ponto de Vista: **Revista de Educação e Processos Inclusivos** nº 5, UFSC/ NUP/CED, Florianópolis, 2003.

Quadros, R. M. de. (2019). Libras, bilinguismo e educação bilíngue: o território do surdo. **Revista Linguagem & Ensino**, 22(2), 147–160. <https://doi.org/10.15448/1981-5439.2020.2.64643>

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de herança: língua brasileira de sinais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABELO, Ana Meire da Silva Costa. **Escrita de sinais e a educação de surdos**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras: Libras) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional, Porto Nacional, 2020.

RIBEIRO, Sérgio Silva. **Escrita de sinais na educação do aluno surdo**. Curitiba: Instituto Memória, Centro de Estudo da Contemporaneidade, 2016.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) — relação de cursos: Língua Brasileira de Sinais / Noções de Escrita de Sinais**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/categorias/educacao-profissional/>.

SILVA, Carlos Cristian de Paulo. **Criação e implementação do curso de escrita de sinais pelo método SignWriting em uma escola de Libras em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Instituto Tertúlias Libras, 2024.

SILVA, Erika Vanessa de Lima. **Narrativas de professores de surdos sobre a escrita de sinais**. 113 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da. **Letramento visual e língua de sinais: desafios contemporâneos**. 2. ed. Belo Horizonte: Linguagem & Inclusão, 2013.

SILVA, Tânia dos Santos Alvarez. **A aquisição da escrita pela criança surda desde a educação infantil**. 227 p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n.2, p. 15-32, Jul./dez. 1999.

SOUZA, Vinícius Costa de. **SignWebMessage: um ambiente para comunicação via Web baseado na escrita da Língua Brasileira de Sinais**. Anais do III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial. Fortaleza, CE, 2002.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdez: identidade e diferença**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (Orgs.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2021. 5 Vol.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador**. 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STUMPF, Marianne Rossi; WANDERLEY, Débora Campos. Quem fala português, escreve em português. Quem fala inglês, escreve em inglês. Os surdos: em que língua escrevem? In: **Revista Letras Raras**. v. 5, n. 1, p. 93-107, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/>. Acesso em: 01Set. 2025.

SUANA, Olga Maria. **A importância de SignWriting para o letramento dos surdos desde o olhar de aprendiz de Libras cuja língua materna é espanhol**. [s.d.]. Artigo.

SUTTON, Valerie. SignWriting: **a escrita da Língua de Sinais**. Disponível em: <https://www.signwriting.org>. Acesso em: jun. 2025.

TORCHELSEN, Carla; COSTA, Renato Luís. **Educação bilíngue para surdos: fundamentos teóricos e metodológicos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

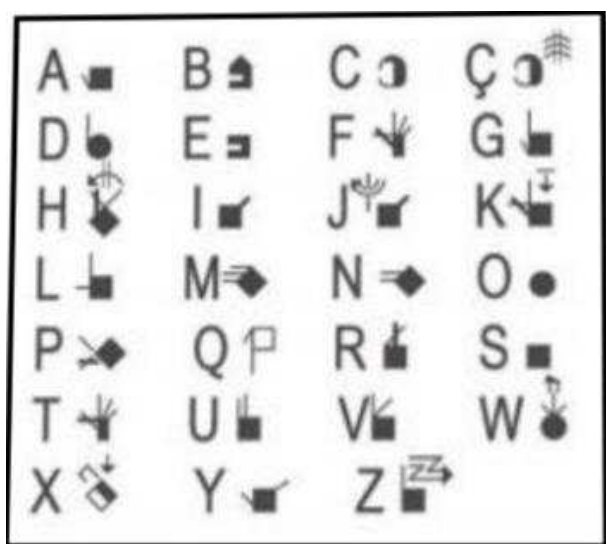
UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996 Disponível em <https://www.penclubportugues.org/>.

ANEXO A

Imagens referentes ao subcapítulo 3.2

As figuras a seguir correspondem aos elementos visuais mencionados no subcapítulo 3.2 – O uso do SignWriting na educação de crianças surdas. Elas têm o objetivo de complementar a compreensão do leitor sobre a estrutura simbólica do SignWriting, seu funcionamento e sua aplicabilidade pedagógica.

Figura 1 – Alfabeto em SignWriting (Representação das letras utilizadas no sistema de escrita)



Fonte: Ribeiro (2016).

Figura 2 – Configurações básicas de mão (Modelos fundamentais de formação das mãos usados nos sinais)

		Punho Fechado
		Punho Aberto
		Mão Plana

Fonte: Stumpf (2005).

Adicionar linhas para os dedos

		Mão Indicadora
		Mão - D
		Mão Aberta

Fonte: Stumpf (2005).

Figura 3 – Orientações da palma da mão (Direcionamentos possíveis da palma no registro dos sinais)

Orientação da Palma Plano da Parede Visão de Frente

O **Plano da Parede** é um plano imaginário paralelo à parede. Quando a mão fica paralela à parede ela é vista de frente. Isso é chamado de **Visão de Frente**.

Mãos que ficam paralelas à parede não tem espaço nas articulações dos dedos.



Fonte: Stumpf (2005).

Plano do Chão Visão de Cima

O **Plano do Chão** é um plano imaginário paralelo ao chão. Quando a mão fica paralela ao chão ela é vista de cima. Isso é chamado de **Visão de Cima**.

Mãos que ficam paralelas ao chão tem um espaço na articulação dos dedos.



Fonte: Stumpf (2005).

Orientação da Palma Visão de Frente

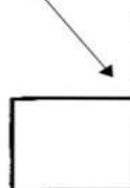
A mão fica paralela à parede



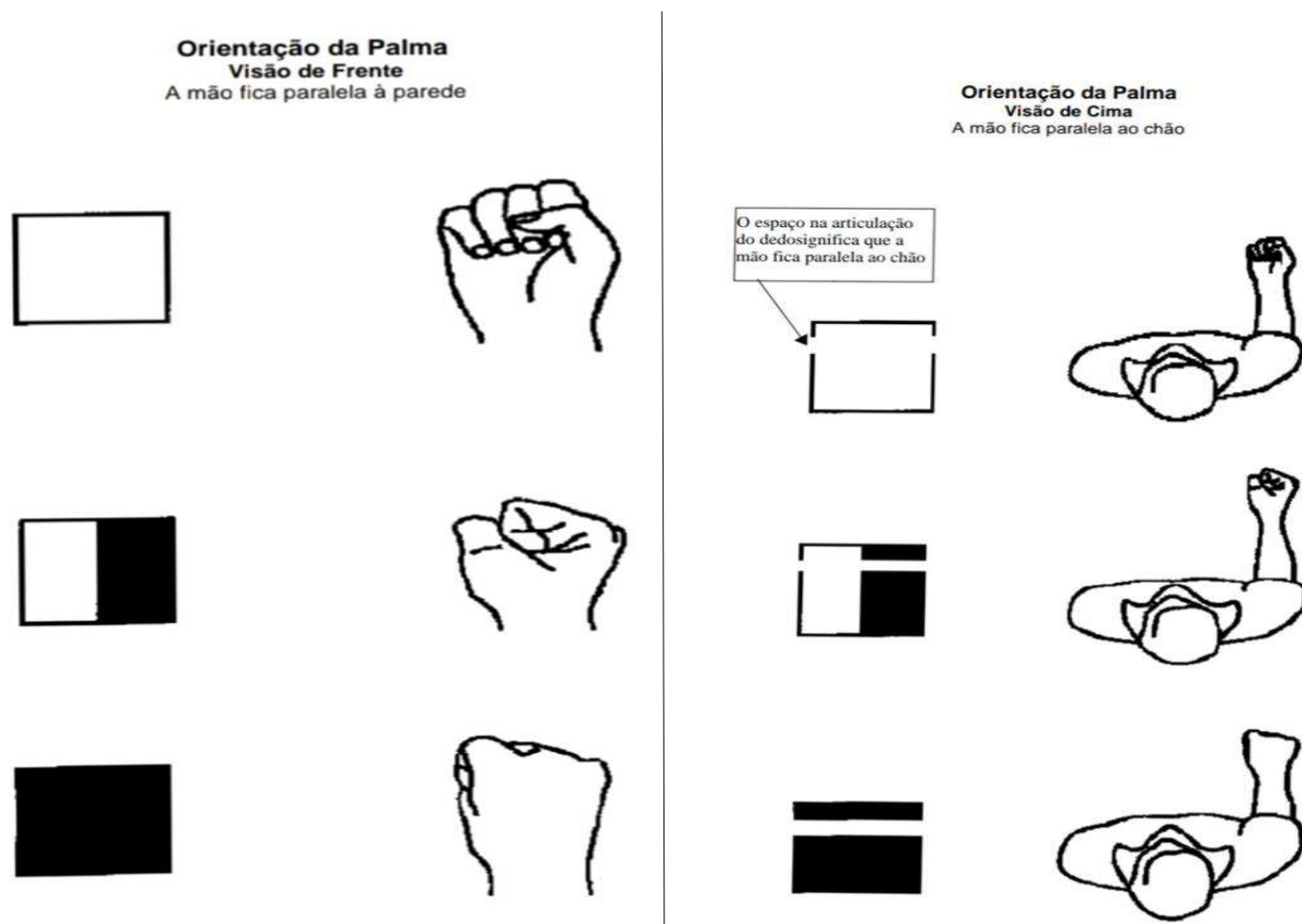
Orientação da Palma Visão de Cima

A mão fica paralela ao chão

O espaço na articulação do dedo significa que a mão fica paralela ao chão.

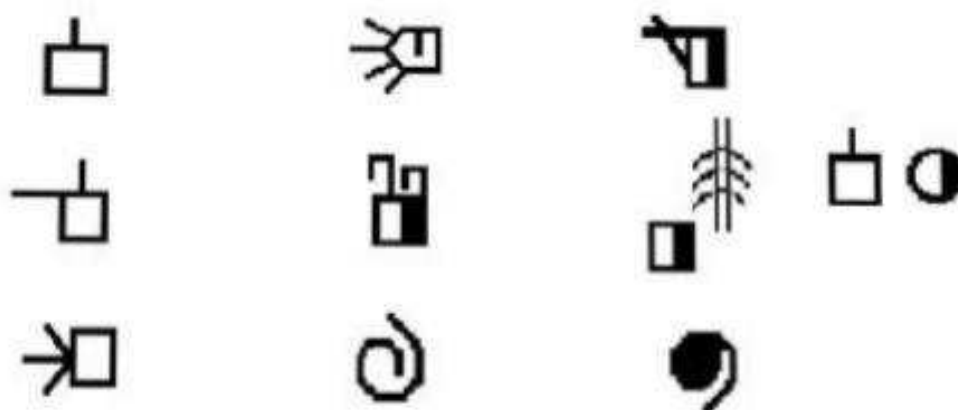


Fonte: Stumpf (2005)



Fonte: Stumpf (2005).

Figura 4 – Números em SignWriting (Representação dos numerais no sistema)



Fonte: Stumpf (2005).

Figura 5 – Símbolos de expressões faciais (Inclui sobrancelhas, olhos, boca e elementos não manuais)

Expressão Facial: sobrancelhas



Expressão facial: Boca

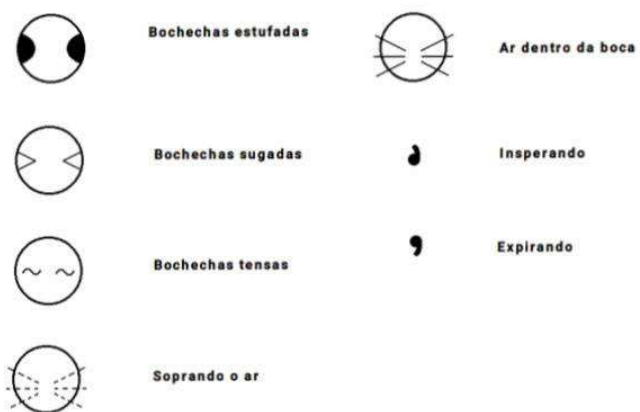


Expressão Facial: Olhos



Fonte: Stumpf 2005

Expressão Facial: Bochecha



Expressão Facial: Dentes



Expressão Facial: Língua



Fonte: Stumpf 2005

Expressão Facial: Nariz



Expressão Facial: Outros



Fonte: Stumpf 2005

Figura 6 – Grupos de configuração de mão (Categorias detalhadas que organizam variações das formas manuais)

Dez Grupos de Mãos		
Existem dez grupos de símbolos para as mãos. As mãos são agrupadas de acordo com quais dedos são usados.		
Esses dez grupos são o começo da Seqüência-de-Símbolos-SignWriting , que é a ordem dos símbolos usada para procurar sinais em dicionários escritos em SignWriting. As configurações de mão de todas as línguas de sinais estão incluídas.		
Todos os dez grupos estão listados nas páginas seguintes. Um modo fácil de lembrar esses grupos é contar de um até dez em ASL (Língua Americana de Sinais).		
Grupo 1:		Indicador
Grupo 2:		Indicador – Médio
Grupo 3:		Indicador – Médio – Polegar
Grupo 4:		Quatro Dedos
Grupo 5:		Cinco Dedos
Grupo 6:		Dedo Mínimo – Polegar
Grupo 7:		Dedo Anular – Polegar
Grupo 8:		Dedo Médio – Polegar
Grupo 9:		Dedo Indicador – Polegar
Grupo 10:		Polegar

Fonte: Stumpf 2005

Figura 7 – Símbolos de movimentos dos dedos (Movimentos internos dos dedos utilizados na construção dos sinais)

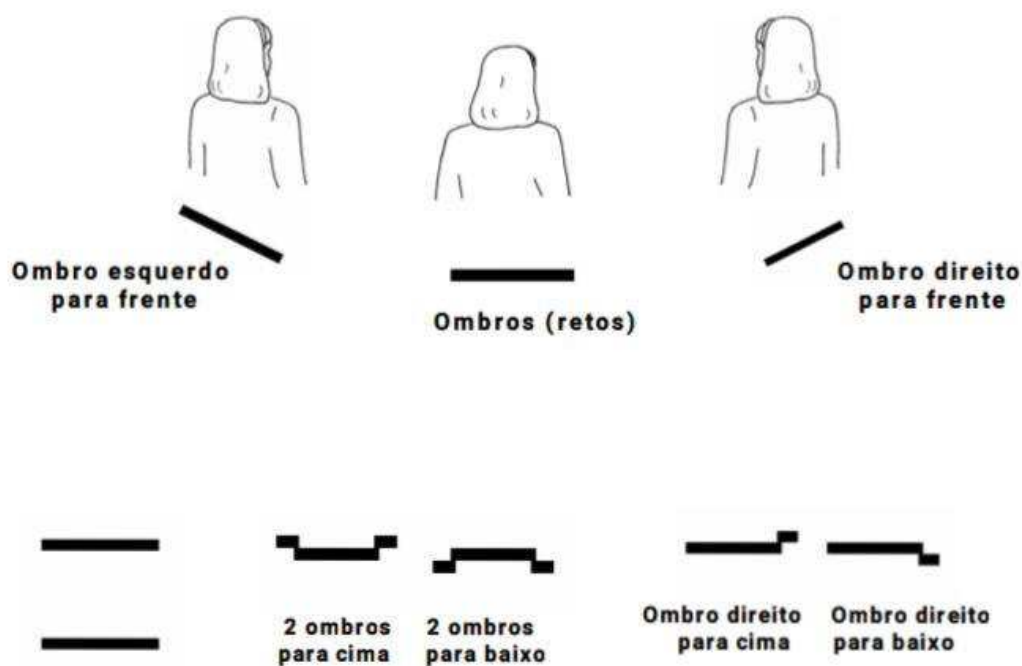
Seis Símbolos de Dedos			
1. Articulação Média Fecha		4. Articulação Proximal Abre	
2. Articulação Média Abre		5. Articulações Proximais Abrem e Fecham juntas	
3. Articulação Proximal Fecha		6. Articulações Proximais Abrem e Fecham Alternativamente	

Fonte: Stumpf 2005

Figura 8 – Símbolos do corpo (Representações que envolvem tronco, ombros e outras partes corporais)

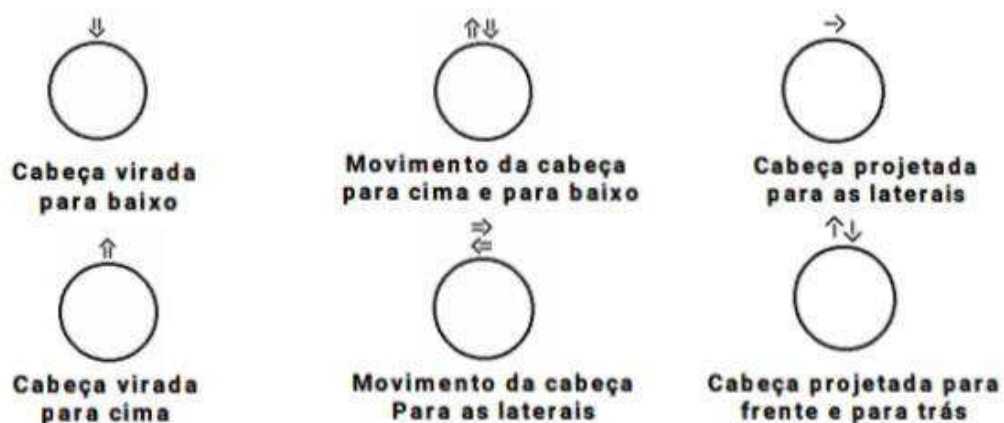
Corpo:

Corpo: SignWriting inclui símbolos que mostram a posição dos ombros, cabeça, tronco e braços.



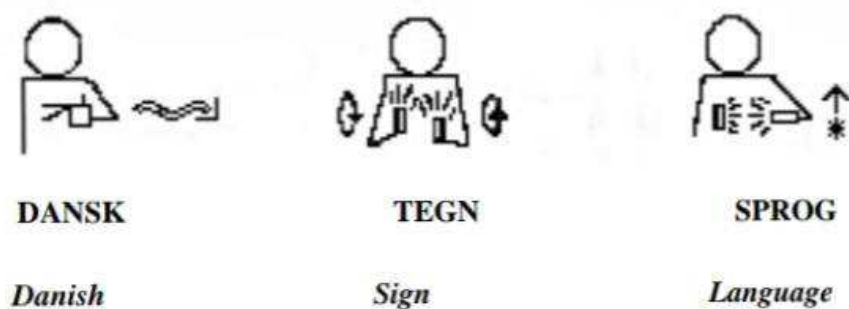
Fonte: Stumpf 2005

Figura 9 – Movimentos da cabeça (Símbolos que registram inclinações, rotações e outras ações da cabeça)



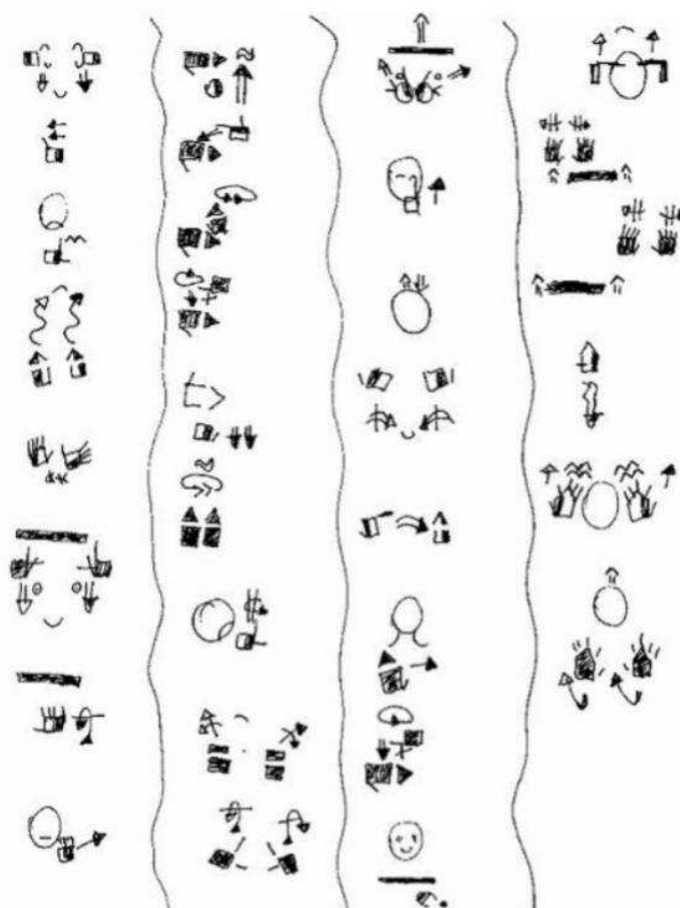
Fonte: Stumpf 2005

Figura 10 – Escrita com o corpo inteiro (Forma de registro que representa o corpo completo na sinalização)



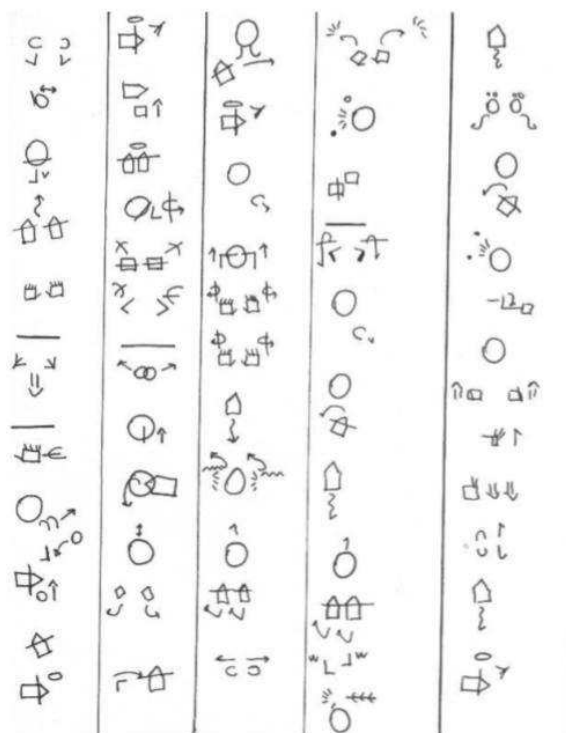
Fonte: Stumpf 2005

Figura 11 – Escrita padrão (Modelo mais difundido, usado no Brasil e nos EUA, com maior sistematização)



Fonte: Stumpf 2005

Figura 12 – Escrita simplificada ou manual (Representação reduzida e rápida, semelhante a uma “taquigrafia visual”)



Fonte: Stumpf 2005

ANEXO B

As figuras a seguir correspondem aos elementos visuais mencionados no subcapítulo 4.3 – Avanços e Perspectivas Futuras do SignWriting no Brasil

A figura (13) apresenta as instituições de ensino superior brasileiras que adotam o SignWriting em seus cursos ou práticas acadêmicas, conforme levantamento realizado por Barbosa (2017). Os dados evidenciam a presença crescente do sistema em universidades federais e estaduais, indicando sua consolidação no cenário acadêmico e sua incorporação ao ensino bilíngue de Libras.

Figura 13 – Universidades federais que utilizam o sistema SignWriting

Nº	Sistema SignWriting
01	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
02	Universidade Federal do Paraná – UFPR
03	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
04	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
05	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
06	Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
07	Universidade Federal de Uberlândia – UFU
08	Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
09	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
10	Universidade Federal do Ceará – UFC
11	Universidade Federal de Sergipe – UFS
12	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
13	Universidade Federal do Maranhão – UFMA
14	Universidade Federal do Tocantins – UFT
15	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
16	Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
17	Universidade Federal do Pará – UFPA
18	Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Fonte: Barbosa (2017).

A figura (14) lista escolas públicas que já incorporam o SignWriting em suas práticas pedagógicas, demonstrando sua difusão no contexto da educação básica. O levantamento de Barbosa (2017) evidencia que diversas instituições, especialmente no Rio Grande do Sul, utilizam o sistema em atividades de ensino, reforçando sua relevância no letramento em Libras e na educação de surdos.

Figura 14 – Escolas públicas brasileiras que utilizam o sistema SignWriting

Nº	Sistema <i>SignWriting</i>
01	Escola Especial para Surdos Frei Pacífico (Porto Alegre – RS)
02	Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores – CMET (Porto Alegre – RS)
03	EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick (Porto Alegre – RS)
04	Escola de Surdos Especial Concórdia – ULBRA (Porto Alegre – RS)
05	Escola Estadual para Surdos Padre Reus (Esteio – RS)
06	Escola Municipal de Ensino Fundamental para Surdos Vitória (Canoas – RS)
07	Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Côser (Santa Maria – RS)
08	Escola Luterana de Ensino Médio São Mateus (Sapiranga – RS)
09	Escola de Ensino Fundamental Helen Keller (Caxias do Sul – RS)
10	Escola Especial Professor Alfredo Dub (Pelotas – RS)
11	Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdo (Santa Rosa – RS)
12	Escola Ensino Médio Nossa Senhora do Rosário (Santa Cruz – RS)

Fonte: Barbosa (2017).